

MARIA IZABEL VIEIRA BOTELHO

A ASSALARIADA RURAL: DA IDENTIDADE SOCIAL
E DA IDENTIDADE POLÍTICA

Orientadora: Profª. Dra. Maria Conceição D'Incao

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS - 1992

B657a

17624/BC

MARIA IZABEL VIEIRA BOTELHO

A ASSALARIADA RURAL: DA IDENTIDADE SOCIAL E DA
IDENTIDADE POLÍTICA

Dissertação apresentada
como exigência parcial
para obtenção do grau
de mestre em sociologia
ao Departamento de So-
ciologia do Instituto
de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade
Estadual de Campinas.

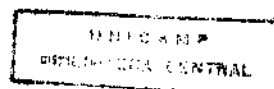
Este exemplar corresponde
à redação final da disser-
tação aprovada pela comis-
são julgadora em Feverei-
ra de 1992.

MCP Botelho

Fevereiro/1992

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

SÃO PAULO - 1992



Ao Moa, companheiro de tantas e
todas as horas

Às minhas filhas Izabela e Clarisse,
que mais que belas e claras são
transparentes

À minha mãe, que enfim compreendeu
que submissão não é uma condição
insuperável

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não teria sido realizada por mim em tempo hábil, se amigos e familiares não contribuissem, cada qual a sua maneira, para finalizá-la.

Quero deixar expresso aqui o meu agradecimento sincero a todos que me auxiliaram nesta tarefa:

- à professora Maria Conceição D'Incao, amiga e orientadora que trabalhou carinhosamente na leitura dos originais, fazendo críticas, sugerindo alterações, e mais do que tudo isso, me estimulando com sua sabedoria e paixão pelos movimentos populares.

- às professoras Lúcia Avelar e Marisa Corrêa que contribuíram com sugestões extremamente importantes no momento do exame de qualificação.

- à Antônia do Carmo Barcelos Correa, amiga que utilizou suas preciosas férias acadêmicas, para re_uvisar cuidadosamente parte dos originais.

- à FASE, pelo apoio humano e material.

- à Iolanda Huzak, amiga e companheira de equipe que mostrou-nos através de suas fotografias a "marca feminina"no trabalho sazonal da lavoura canavieira.

- Finalmente, a todas trabalhadoras que se dispuseram a narrar-nos suas experiências: Neide, Sonia, Carlita, D. Lola, D. Maria Bezerra, D. Francisca, Bel, e tantas outras que encontramos e conversamos durante todos estes anos.

SUMÁRIO

Introdução.....	I
1.1. A problemática.....	I
1.2. As mulheres enquanto trabalhadoras.....	IV
1.3. A pesquisa.....	XIII

Capítulo I

O trabalho da mulher na agricultura na região de Ribeirão Preto.....	1
1.1. O espaço do trabalho assalariado temporário.....	5
1.2. O trabalho assalariado temporário no algodão e amendoim.....	12
2. O trabalho da mulher na cultura da cana - safra...	16
2.1. O trabalho da mulher na cultura da cana - entresafra.....	23
3. O trabalho da mulher nas culturas do algodão e amendoim.....	33
4. As mulheres na relação de trabalho.....	38

Capítulo II

As assalariadas rurais e o trabalho doméstico.....	43
1. O cuidado com as crianças.....	45
2. O cuidado com a casa.....	59
3. O trabalho alternativo.....	66
4. Outras estratégias de reprodução familiar.....	74

Capítulo III

As assalariadas rurais: caminhos da construção de uma nova identidade social.....	80
---	----

1. A apropriação feminina do espaço de trabalho.....	88
2. A contestação dos mecanismos de controle do trabalho.....	94
3. A construção da autonomia feminina na situação de assalariamento.....	98

Capítulo IV

As assalariadas rurais: da identidade social à identidade política.....	107
1. A reprodução dos papéis sexuais.....	108
2. As lutas por melhores condições de vida.....	114
3. As lutas pelo direito ao trabalho.....	124
Considerações Finais.....	135
Bibliografia Consultada.....	142

INTRODUÇÃO

1 - A PROBLEMÁTICA

A problemática central da presente ~~dissertação~~ dissertação de mestrado tem como alvo a identificação dos caminhos pelos quais as assalariadas rurais da região de Ribeirão Preto vêm constituindo seus espaços de participação política. Nosso conhecimento prévio da forma como essas mulheres organizam suas vidas, conciliando no dia-a-dia os espaços do trabalho doméstico com os do trabalho assalariado, permitiu-nos, desde o princípio, evitar uma redução presente em muitos estudos sobre mulheres, que buscam identificar os referidos caminhos através de análises que tomam como ponto de partida apenas a observação dos espaços do trabalho assalariado propriamente dito, deixando implícita a idéia de que o trabalho doméstico é espaço exclusivo da reprodução das práticas sociais tradicionais e/ou conservadoras. Pareceu-nos evidente que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho deveria ser considerado como determinante importante das mudanças vivenciadas por elas, que eram recém-chegadas do campo. Mas sabíamos, que também, que essas mudanças se davam através da redefinição de seus outros papéis sociais. E que, conseqüentemente, não conseguiríamos avançar muito em nossa análise se deixássemos de lado a investigação de suas práticas ligadas ao mundo doméstico.

Na presente dissertação, procuramos romper, em

certo sentido, com a máxima segundo a qual a emancipação feminina é pré-condição de sua participação social e política. Acreditamos que ela se dá como parte desse processo mais global de construção da cidadania.

Procuramos romper também com a idéia de que esse processo é determinado exclusivamente pela esfera do trabalho, porque procuramos pensar a mulher enquanto totalidade em movimento, razão pela qual tentamos resgatar a determinação desse movimento em todas as esferas de seu cotidiano.

Assim planejada, a experiência de pesquisa nos demonstrou que os caminhos da participação social e política dessas trabalhadoras se constroem no dia-a-dia das relações que estabelecem entre si e com os demais atores sociais, presentes tanto no espaço de suas atividades domésticas como no espaço do trabalho assalariado. Mais do que isso, mostrou que são os desafios colocados pelo exercício do seu papel tradicional de principal responsável pela reprodução familiar, na nova situação social à qual passam a pertencer - residentes na cidade, assalariadas, etc - que se constituem em fortes elementos mobilizadores de suas práticas coletivas.

É evidente que essas mobilizações em si mesmas não se constituem em espaços de participação política. Mas são elas que encaminham as trabalhadoras para os canais institucionais de participação política propriamente dita - o sindicato, por exemplo. E, nesse particular, a pesquisa nos revelou, também, a dificuldade que essas instituições têm na incorporação da participação feminina. Modeladas como espaço de participação masculina - ou do que se entende por isso - essas instituições se constituem, muitas vezes, em entraves ao próprio amaduru-

recimento político das trabalhadoras.

Avançando um pouco mais, constatamos também a presença da Igreja, que através de suas organizações de base acaba, também, desempenhando um papel obstaculizador da prática política propriamente dita, na medida em que se orienta mais pelo objetivo de sua própria auto-reprodução institucional.

Ao analisar todo esse processo, deparamo-nos com questões bastantes complexas ligadas às práticas femininas consideradas tradicionais. E nesse terreno, procuramos apenas polemizar um pouco, na expectativa de que reflexões e novas experiências de pesquisa nos permitam avançar no equacionamento das mesmas.

Dentre essas questões parecem-nos fundamentais a da divisão sexual dos papéis e a da identidade feminina. Na conclusão, procuraremos, a partir da experiência de pesquisa realizada, alinhar a forma que elas nos parecem tomar.

2 - AS MULHERES ENQUANTO TRABALHADORAS

As trabalhadoras residentes no município de Barrinha, cidade tipicamente dormitório, são, em sua grande maioria, provenientes de famílias migrantes oriundas ou de regiões distantes como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Paraná (onde eram proprietárias de pequenas parcelas de terra), ou de municípios vizinhos produtores de café (onde eram colonas, meieras, pequenas produtoras ou sitiante). A substituição do sistema de colonato pelo trabalho assalariado eventual e a concentração de terras, que se intensifica a partir da segunda metade desta década, são alguns dos elementos que contribuem para a impossibilidade de sobrevivência da família, seja ela colônica, meiera, sitiante ou outra.

O colono "expulso" das fazenda de café busca as cidades mais próximas na tentativa de encontrar trabalho. Com as indenizações pagáveis somente quando o fazendeiro o dispensava juntamente com sua família, compra uma pequena casa na cidade e livra-se do aluguel.

Em Barrinha, entrevistamos vários ex-colonos que, no acerto final, conseguiram dinheiro suficiente somente para a compra de uma casa, mas que, frente aos outros migrantes do município, tinham melhores condições: as casas eram forradas, muradas e com um pequeno quintal.

As famílias migrantes provenientes do Norte e Nordeste se instalavam muito mais precariamente e encontravam-se sempre aglomeradas em zonas geográficas distintas. Assim, os migrantes provenientes do Sul da Bahia concentravam-se no limite norte da cidade. Outros, do norte de Minas Gerais, estavam

acondicionados em pequenos quartos próximos da saída sul do município. Pequenas favelas iam se formando tendo como referência os amigos e parentes que iniciaram a migração em outros momentos.

Vale resaltar que, nesse município, a cada safra de cana chegam em torno de 1.000*trabalhadores provenientes do norte do Estado de Minas Gerais e Bahia. A quase totalidade retorna no final do período, o que contribui para o não aumento da massa de trabalhadores desempregados. Aqueles migrantes que não retornam às suas cidades de origem, e que não são incorporados nos trabalhos de entressafra, saem também para outras regiões em busca de outras ocupações, sendo reincorporados na safra seguinte.

No entanto, este movimento de migração se torna mais viável somente para os trabalhadores que o fazem sozinhos, sem a família. Migrando toda ela, as dificuldades são ainda maiores, propiciando, quando não bem sucedida a migração, um progressivo desmantelamento do grupo familiar. Encontramos algumas famílias onde as mulheres, inconformadas com a falta de trabalho, foram vendendo os bens: eletrodomésticos, cobertores, panelas, etc, o que tornava mais longínqua e remota a possibilidade de volta, já que segundo uma delas:

"... a gente num quê voltá
sem nada, fica até mal pra gen
te..."

* estimativa do Sindicato de Empregados Rurais de Barrinha.

Não encontrando trabalho e não restando mais o que vender para a compra das passagens de volta, permanece como uma saída o afastamento do pai e dos filhos maiores para novas cidades, novas regiões, configurando nova migração. Se a primeira migração é quase sempre influenciada por parentes e amigos que se deslocaram das regiões de origem em momentos anteriores, as migrações procedentes podem resultar em total ausência de vínculos seja de parentesco, seja de amizade.

Encontramos uma mulher que havia chegado ao município, juntamente com sua família, havia um ano e três meses e estava cortando cana naquela sagra (maio de 91). Sua baixa produtividade, decorrente segundo ela do seu desconhecimento do processo produtivo, aliada à invalidez do marido, causada por uma queda do caminhão de transporte na safra anterior, moldava uma condição de vida nunca antes vivenciada pela família. O domingo em que entrevistamos essa trabalhadora era um belo dia de sol quente, que mais parecia verão, quando as temperaturas chegam nesta região na marca dos 36º aproximadamente. Permanecemos sentados na escada de entrada durante a conversa e podíamos sentir o calor proveniente da casa bater em nossas costas, gerando desconforto. A mulher, sentindo mal estar, provocado pelo calor, dizia:

"...uma hora dessa a gente taria na beira do rio, junto cum toda a família, correndo junto, aquela festa... Aqui a gente tá perdido; tem um cunhado, mas é cada um no seu barra

co, cuidando das obrigação do dia seguinte. É todo mundo fechado no seu forno. Quando era assim de domingo, a gente saía cedinho, juntava a criançada e se punha a andá; fazia lá aquela comidarada; não tinha muita mistura, mas tinha fartura. Agora a gente tá rezando prá tẽ como voltá pra lá..."

Esta mulher e sua família moravam dentro de uma fazenda de café no sul de Minas Gerais, onde o marido "fazia de tudo": cuidava do gado, cuidava do cafezal, carpia, mas tinha também a sua criação, os seus porcos, as suas galinhas, a horta, o queijo feito com o leite que o dono da fazenda cedia todos os dias. Agora os domingos já não eram mais esperados com tanta expectativa; pelo contrário, apesar de ser o único dia de descanso, ou seja, único dia em que não se ia para o campo, esta mulher e sua família queriam que o dia corresse mais rápido, pois a semana começaria mais depressa e o projeto de retorno ao município de origem, imaginava-se, estaria mais próximo de se concretizar:

"...quando chega o domingo, é aquela tristeza; a gente fica só pensando nos parente que tão lá...; durante a semana

é tanta correria que nem dá
tempo de pensá .."

O inesperado e indesejado ingresso desta trabalhadora no mercado de trabalho traz alguns elementos inconformadores: o assalariamento, agora inevitável, já que o marido recebe uma reduzida aposentadoria do INPS, e o ganho reduzido dos filhos mais velhos (dois, acima de 13 anos) que não é suficiente para cobrir as despesas da família, recoloca a todo momento "o passado" como o tempo não só de fartura como também de certo prestígio social. Anteriormente ela trabalhava como diarista somente alguns dias na colheita do café, retomando a seguir sua rotina, que incluía os cuidados com a horta, a criação, a casa. Não precisava "trabalhar para fora", o que colocava-a em situação de igualdade com mulheres inclusive de outras camadas sociais. O presente significa o tempo das perdas:

"... se não tivê jeito vamo
precisá vendê até a geladei
rinha, que é velha, mas faz mui
ta falta... Ah! Isso não vai
acontecê, se Deus quisé ..."

E mais:

"... Aqui só deu desgosto pra

nóis. Ele (marido) perdeu a saú
de, tá encostado."

Para essa trabalhadora, assim como para inúmeras outras que vivenciaram uma trajetória social semelhante, marcada pela substituição do "tempo de fartura" pelo "tempo do dinheiro" - onde ter um salário é condição "sine qua non" para a sobrevivência - o ciclo de reprodução da vida social torna-se algo que lhe é alheio. Se anteriormente um mínimo estava garantido, seja porque tinha "alguns porcos, galinhas, e um pouco de feijão", criados e cultivados nas terras do fazendeiro, agora, enquanto assalariada sazonal, a incerteza e insegurança tornam-se permanentes, transformando o tempo passado no tempo em que se podia fazer previsões e, portanto, num tempo mais seguro.

Talvez pudéssemos fazer uma distinção entre essas trabalhadoras migrantes e outras, contrapondo, por exemplo, a aquelas mais idosas, originárias da região Nordeste do país, que saíram de suas terras porque estavam fugindo da seca e da fome e para quem o presente propicia algumas vantagens, quando se "troca tudo por dinheiro": "a gente ficava até meses sem vê dinheiro na mão". "Lá" se passava fome e não tinha nenhuma possibilidade de conseguir trabalho ou "melhorar de vida". "Aqui" também, se passa fome, "vive-se ao Deus dará", mas existe, muitas vezes remota, a expectativa de ter um ganho, assalariar-se, seja na lavoura, seja em outras atividades ofertadas em outros municípios.

As trabalhadoras menos idosas, que migram posteriormente, em sua maior parte de Minas Gerais, sul de Bahia e mesmo de regiões próximas ao município em estudo, e que eram, portanto, minifundiárias, assalariadas permanentes, filhas

de ex-colonos, etc , idealizam mais o passado, onde a vida era "mais divertida", a "família mais unida", muito diferente do presente quando não se decansa nem quando se está dormindo. Uma trabalhadora , referindo- se à inexistência do descanso, dizia:

"... quando eu t^o assim sentada, aos domingos, conversando, é só as perna que t^o pa rada, a cabeça tá tudo pen sando, pensando, no que fazê, o que comê. A cabeça não des cança nunca..."

As mulheres, que estudamos com mais profundida de, são parte constituinte de um grupo doméstico que reside a tualmente no município de Barrinha mas que já experenciou sucessivas migrações. É necessário observar que conhecemos só uma trbalhadora que migrou apenas com os filhos pequenos, sem o homem presente. Esta mulher era viúva e vivia uma situação de enorme pobreza em sua região de origem:

"... eu fiquei meses a mingua; vendo aquelas crianças tudinha quase morrendo de fome. Às vezes eu ganhava um punhadinho de farinha, mas era pouco de mais, não dava pra nós tudo. A

terrinha tava seca, trincada.
Água ! Só se cavava muito fun-
do...Aí me disseram que aqui
era diferente, a gente tinha
ganho...!"

É extremamente forte a dependência das mulheres em relação aos homens. Até se inserirem no mercado de trabalho têm todas suas atitudes vinculadas às decisões do homem/pai/irmão presente em seu grupo doméstico.

A partir do momento em que estas mulheres são obrigadas a se introduzirem no assalariamento, elas iniciam um aprendizado, uma nova vivência, que lhes traz maior independência, principalmente em relação aos homens, desencadeando, muitas vezes, separações conjugais, quando se tornam, sozinhas, chefes de família. Retomaremos esta questão no Capítulo III.

Os depoimentos colhidos traduzem as dificuldades, encontradas e intensificadas, de uma parcela significativa da sociedade, na luta pela sobrevivência. Vender a única coisa de que se dispõe - a força de trabalho - já não garante mais o mínimo necessário à reprodução social.

Mulheres, homens e crianças passam a viver, portanto, uma condição de vida e de trabalho consubstanciada na sobreposição de um misto de atividades, em sua grande maioria, desconexas. Esta atual situação é muito distante daquela experiência da por outras gerações de trabalhadores rurais, os quais articulavam assalariamento com pequena produção, ou mesmo assalariamento puro, mas que tinha sua realização delimitada no espaço

rural.

Perfilando uma nova categoria de "bóias-frias" submetidos aos velhos detentores dos meios de produção, este grupo social recria nas pequenas e médias cidades, inúmeras formas - fórmulas - de sobrevivência.

É neste recriar contínuo que o trabalho da mulher assume características distintas do trabalho do homem.

3 - A PESQUISA

A presente dissertação é resultado de uma longa experiência de pesquisa - 10 anos - entre trabalhadores assalariados temporários da região de Ribeirão Preto. A primeira etapa desta experiência se constituiu na nossa participação em projeto de pesquisa - "Participação Social e Trabalhadores Assalariados Temporários da Agricultura Canavieira" - que fazia parte do projeto institucional do CEDEC - "Cidadania e Participação Social". este projeto foi financiado pela Fundação Ford no período de 1980/1983. Visando um maior aprofundamento do trabalho realizado, decidimos, num segundo momento, elaborar um projeto de pesquisa sobre a trabalhadora da cana. A significativa presença de mulheres entre os cortadores de cana, e o fato de só termos trabalhado até então com os homens, sensibilizou-nos para a relevância de um trabalho de pesquisa que fosse capaz de resgatar a "marca" da participação feminina no mundo duro e masculino do corte de cana. A essas alturas, entretanto, só tínhamos condições de reconstruir esses sujeitos - as mulheres - através de uma descrição feita em comparação com o trabalho dos homens.

Partimos, portanto, da diferença homem - mulher na forma de apropriação do mundo do trabalho. Pouco a pouco, fomos percebendo que entre as mulheres o mundo do trabalho e mundo doméstico se imbricavam de modo bastante significativo. Registramos essa imbricação num áudio-visual prometido pelo referido projeto, financiado pela Fundação Ford no período de 1984/1985.

Finalmente, ingressando no curso de Mestrado em Sociologia da UNICAMP, tivemos oportunidade de refletir mais profundamente o esforço realizado; e elaboramos um projeto de pesquisa orientado pela intenção de conhecermos as implicações dessa "dupla" identidade feminina - casa e trabalho - na definição dos espaços de participação social e política dessas mulheres trabalhadoras rurais.

Barrinha, município escolhido para se realizar a pesquisa, é representativa do rol de cidades que constituem hoje as chamadas cidades-dormitórios, situadas na sub-região de Ribeirão Preto. Apesar de estar rodeada por usinas e pela cana, não arrecada nenhum imposto das mesmas, pelo fato delas estarem situadas geograficamente em municípios vizinhos. A inexistência de outras indústrias geradoras de recursos limita consideravelmente o montante arrecadado pelos órgãos públicos, implicando, portanto, em uma rede de serviços extremante precários destinados ao uso da população.

As escolas públicas municipais - somente 4 - funcionam improvisadamente, sendo que uma delas funcionou durante alguns meses em um depósito de supermercado, ambiente visivelmente insalubre, sem nenhuma condição física de receber crianças.

O pequeno comércio tem a sua dinâmica influenciada pelo ritmo de trabalho dos assalariados. As ruas, durante o dia, permanecem vazias, retomando vitalidade ao entardecer, quando os ônibus e caminhões começam a retornar do campo com os trabalhadores.

Como a grande maioria dos trabalhadores recebe o pagamento por quinzena, aos sábados as lojas e supermerca-

dos estendem seu horário de atendimento.

A existência de poucas creches - 3 - restringe sua utilização a um número baixo de crianças, permanecendo o restante ou com "mães-crecheiras" ou mesmo sozinhas, pelas ruas.

Todas as entrevistas realizadas com trabalhadoras-mães fazem alusão a esta situação de desamparo das crianças, gerando insegurança e desgaste emocional às mães durante o dia de trabalho, pelo fato de saberem que, estando as crianças em casa e descuidadas, a possibilidade de acidentes é maior.

Não só o comércio tem sua dinâmica dada pelo ritmo dos trabalhadores. A movimentação das ruas e o próprio ruído das cidades mudam conforme as idas e vindas do trabalho, tornando o amanhecer e o entardecer agitados e barulhentos, em contraposição à monotonia do restante do dia.

CAPÍTULO I

O TRABALHO DA MULHER NA AGRICULTURA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

A Divisão Regional Agrícola (Dira) de Ribeirão Preto é uma das regiões de agricultura mais desenvolvida do país. Destaca-se como a maior produtora de cana-de-açúcar, soja e laranja no Estado de São Paulo. Em 1980, a região produziu 62% da soja do Estado, 41% da laranja e 40% da cana. É ainda importante produtora de algodão e amendoim com cifras em torno de 17% e 23% respectivamente, durante este mesmo ano*.

O papel de liderança da Dira de Ribeirão Preto na produção das culturas mencionadas pode ser observado também nos elevados índices de tecnificação e produtividade da agricultura, apenas para citar alguns indicadores; entre 1975 e 1980 a produtividade média por área da região cresceu significativamente. Por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar no Estado, a produtividade aumentou 22,7% ; na soja, 32,1% ; na laranja, 76,1% ; no algodão, 57,9%**.

Além disso, expandi-

* Esta porcentagem tende a elevar-se à medida que expande na região a prática de rotação de cana com amendoim, técnica adotada principalmente pelos fornecedores de cana.

** Todos os dados acima citados constam do recente relatório: "Cenários da urbanização paulista - A região admi-

ram-se as áreas cultivadas na Região. Em 1970 ocupavam 20% da área total do Estado; em 1980 atingiriam 27%. A região tem o maior número de tratores do Estado, contando em 1980 com 31,2 mil, contra 14,9 mil em 1970. Neste período, a área média trabalhada por trator caiu de 120 para 81 hectares.

Essa evidente modernização da agricultura na Dira de Ribeirão Preto não se tem feito acompanhar, entretanto, por avanços significativos nas relações de trabalho. A região é também grande empregadora de trabalho assalariado* temporário, e só recentemente começa, por força de pressão dos trabalhadores, a cumprir os direitos mínimos da legislação trabalhista: carteira de trabalho, férias, descanso remunerado, etc.

A racionalidade da combinação da tecnologia agrícola moderna com a utilização do trabalho temporário tem sido por demais explicada** e a adequação dos direitos trabalhistas aos trabalhadores temporários da agricultura também tem ocupado espaços significativos nas instâncias do debate político institucional. Entretanto, no dia-a-dia, a regulamentação dessas relações é bastante complexa. De um lado,

trativa de Ribeirão Preto", parte integrante da pesquisa "São Paulo no limiar do século XXI", através do convênio FECAMP/IE/UNICAMP

* Segundo a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) existiam, em 1990, cerca de 150.000 trabalhadores assalariados temporários na região de Ribeirão Preto.

** Ver D'Incao, M. Conceição: Bóia-Fria: acumulação e miséria e SILVA, J. Graziano da: Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.

a elevada oferta de trabalho fragiliza a organização dos trabalhadores e, conseqüentemente, permite o desenvolvimento de mecanismos de contratação e utilização de mão-de-obra em desacordo com os direitos dos trabalhadores. De outro, a extrema especificidade e intermitência das tarefas manuais oferecidas por esse tipo de agricultura dificultam a elaboração de demandas comuns e a organização mesma dos trabalhadores.

Neste contexto, agudizado pelo prolongamento de nossa crise econômica, os avanços conquistados pela participação das organizações dos trabalhadores têm-se feito acompanhar de mecanismos de exclusão progressiva de segmentos significativos do contingente de trabalhadores assalariados temporários da região. Exclusão do trabalho, pela mecanização nos espaços da produção da cana-de-açúcar onde existe maior pressão por demandas trabalhistas. E exclusão dos direitos trabalhistas nos espaços da produção em que essa pressão é menor e conseqüentemente é possível burlar os quesitos legais do contrato de trabalho assalariado.

Nesse processo, a mulher, objeto do presente trabalho, é vítima principal. Durante todo o período de realização deste trabalho registrou-se uma tendência à exclusão da trabalhadora rural das melhores oportunidades existentes no mercado. Este fato tem sido explicado:

1º - pelo fato de existir um processo de mecanização que vem se intensificando na colheita da cana-de-açúcar e que exclui parte significativa da força de trabalho permanecendo os trabalhadores mais qualificados, os homens, que são vistos como possuindo maiores possibilidades de se

qualificarem

2º - pela inexpressiva presença das mulheres nos canais de reivindicação dos direitos trabalhistas, ou na luta pela garantia de direitos já conquistados.

3º - pela recente aprovação da Carta Constitucional, que aumentou em um mês a licença maternidade.

De qualquer modo, a presença das mulheres no trabalho assalariado temporário da região é ainda bastante significativa e o estudo da forma como ela participa desse trabalho pode ser bastante revelador das possibilidades e dificuldades que a mulher trabalhadora vem enfrentando na região e no país como um todo. Inexistem dados que expressem numericamente a presença das mulheres na agricultura em questão. Em 1985, o Conselho Estadual da Condição Feminina (São Paulo), junto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) estimavam em 217 mil o número de mulheres que se assalariavam temporariamente no Estado de São Paulo*.

* Mulher Suplemento Rural. Conselho Estadual da Condição Feminina, São Paulo. 1985.

1 - OS ESPAÇOS DO TRABALHO ASSALARIADO TEMPORÁRIO

Dos cultivos da região de Ribeirão Preto já mencionados apenas a soja, situada ao norte, não absorve assalariados temporários. Mecanizada em todas as etapas de seu processo produtivo, ela absorve poucos trabalhadores e, na sua maioria, qualificados. Por sua vez, a laranja, que absorve grande quantidade de mão-de-obra e predomina sobretudo na subregião de Bebedouro, não foi abordada pela presente pesquisa e não será, portanto, analisada. Assim, o que se pretende neste texto é apresentar as condições em que se realiza o trabalho assalariado temporário nos cultivos da cana-de-açúcar, algodão e amendoim. O objetivo é definir as bases sobre as quais o trabalho feminino ganha sua especificidade.

1.1. O TRABALHO ASSALARIADO TEMPORÁRIO NA CANA-DE-AÇÚCAR

A cultura da cana-de-açúcar absorve grande quantidade de trabalho temporário. Essa absorção se dá através da combinação de etapas mecanizadas do processo de trabalho

As operações que antecedem o plantio proprie

mente dito como aração, subsolagem, grãdeagem, sulcação e adu-
bação são mecanizadas. As mudas a serem plantadas
são transportadas por carretas puxadas por tratores que cam-
minham dentro do sulco. Mais habitualmente, planta-se 4
ruas de cana por vez*. Os trabalhadores que permanecem sobre
as carretas jogam as canas previamente cortadas e preparadas,
nos sulcos, onde outra turma de trabalhadores vai sobrepondo a
ponta de uma cana com o pé de outra e a seguir realiza o "pi-
camento" em toletes de 3 ou 4 gemas das canas inteiras que fo-
ram lançadas ao solo. A seguir é feita mecanicamente a
cobertura das mudas com quantidade de terra que não pode ultra-
passar 10 centímetros. O plantio das mudas ocorre mais fre-
quentemente de janeiro a março, devendo ser colhidas
após 18 meses. Pode ocorrer também outro plantio nos meses de
setembro a outubro para se obter a cana de doze meses destina-
da a suprimir alguma deficiência de previsão. Para a cana de
18 meses são realizadas 3 ou 4 capinas manuais, geralmente no

* Este sistema de plantio é mais tradicional, porém outro sistema de "banqueta" começa a ser utilizado quando pode se plantar até 12 ruas por vez, e ainda evita-se o transbordo das mudas dos caminhões para as carretas e a compactação do sulco de plantio. "Mão de obra qualificada na Agricultura Brasileira. Análise do perfil e da Necessidade de Trabalhadores Qualificados nas atividades produtivas: soja, cana-de-açúcar e laranja na Dira. de Ribeirão Preto." Convênio FECAMP/SMO/Mtb. 1990. Mimeo.

início de formação do canavial, eliminando as pragas concorrentes ao bom desenvolvimento das mudas recém plantadas. Deve-se salientar que esta etapa do processo produtivo tem - se inovado, com a substituição da capina manual pelo uso de herbicidas que controlam as ervas daninhas. Além disso, tem-se combinado a manutenção mecânica (através de máquinas específicas) com a manual. Esta medida visa diminuir a área capada manualmente.

Outra etapa do processo é o corte de cana, que dentre as várias etapas é a que mais demanda força de trabalho. A colheita manual compreende as operações de cortar a cana o mais rente possível ao solo, retirar o "ponteiro", as palhas remanescentes e, a seguir, enleirar a cana cortada para ser carregada pelos guinchos. Estes retiram a cana cortada e amontoada do chão e jogam-na nos caminhões que transportam para as usinas. As canas que caem ao serem erguidas pelos guinchos, são novamente "catadas" e amontoadas, conhecendo-se esta operação como "catar cana". O corte manual também vem sendo combinado com o corte mecanizado, reduzindo sensivelmente a utilização da força de trabalho nesta etapa do processo.

A existência de dois ciclos diferentes de cana (doze e dezoito meses) permite a combinação de tarefas ligadas diretamente ao corte de cana, atividade principal do período da safra, com tarefas ligadas ao plantio e tratamentos culturais predominantes no período de entressafra

As vantagens desta combinação podem significar uma maior racionalização da produção, no sentido de aumentar a produção individual de cada trabalhador. Realizando tarefas diferenciadas em dias alternados, ele tem menor desgaste físico

ao final da safra. Inclusive, na medida em que se intercalam diferentes de pagamento - a diária e produção - viabiliza-se uma melhor utilização da mão-de-obra. Desta forma, dentro de uma mesma unidade agrícola, podemos encontrar durante o mês de julho, pico da safra de cana, trabalhadores plantando e carpindo.

Nessas diferentes tarefas, a contratação dos trabalhadores pode ser formal ou informal. Por "contratação formal" estamos designando aquela feita pelas usinas, com duração em torno de 6 meses (safra) quando se rompe o contrato, seguida de uma parada do trabalho, onde a recontração é feita, a seguir, para realização de tarefas diversas da entressafra. Esta é uma prática que se repete todos os anos quando a usina é, ela própria, empregadora de mão-de-obra utilizada no corte de cana. Em contrapartida, a "contratação informal" é feita por empreiteiros (gatos) e muitas vezes se resume apenas em contrato verbal, sem registro, sem garantia sequer do dia seguinte. A presença de empreiteiros, com contratos informais, se dá mais frequentemente em áreas de fornecedores de cana, tanto no período da safra como da entressafra. Alguns empreiteiros, durante a safra, registram os trabalhadores, que pretelem esta formalização na esperança de conseguir um contrato através das usinas, onde segundo suas falas:

"... a usina cumpre mais ou menos os direitos... os "gatos" mesmo quando registram fazem muita cachorrada..."

A predileção, por parte dos trabalhadores, em firmar contrato com as usinas traduz uma expectativa não só de maiores possibilidades de obtenção de trabalho após o final da safra, como também de não se submeterem aos diversos mecanismos de controle e exploração praticados pelos "gatos".

A coexistência de contratações " formais " e "informais" implicam em um maior ou menor conhecimento do processo de trabalho, que inicia a partir do momento que os trabalhadores tomam suas conduções.

Quando o contrato se dá entre trabalhadores e usina, sem intermediário, as tarefas são realizadas sempre em áreas da usina, tanto na safra como na entressafra. Através de empreiteiros, as tarefas da safra podem ser desenvolvidas em terras plantadas pela usina ou em terras de fornecedores.

A vinculação ao trabalho é concretizada através dos agenciadores de mão-de-obra, que podem ou não estar diretamente ligados à usina e aos fornecedores de cana-de-açúcar, e através da própria empresa agro-industrial.

Na região em estudo, existe uma tendência crescente de extinção de turmeiros que mantêm turmas fixas de trabalhadores durante todo o ano agrícola. Ao contrário, as contratações feitas pelas usinas mantêm parte dos trabalhadores da safra na entressafra. Algumas usinas que não assumem e las próprias a contratação de mão-de-obra na safra da cana-de-açúcar, incumbem agenciadores na arregimentação de

trabalhadores. Acabando o corte da cana-de-açúcar, o desemprego está dado.

As usinas da região em questão, que são mais dinâmicas na adoção de tecnologia, utilizam de um setor bastante informatizado *, inclusive no que diz respeito à contratação de mão-de-obra para a área agrícola, o que possibilita a centralização de um departamento de recursos humanos a fim de atender uma ou mais unidades produtivas através da interligação de informações (por terminal de computador). Nestes casos as usinas, em geral, dispensam os empreiteiros tradicionais. Algumas que ainda mantêm o agenciador, assumem para com este uma relação de assalariamento, em que o mesmo é um empregado da usina.

Os empreiteiros tradicionais, que se "responsabilizam" pelos trabalhadores, são mais frequentes nas áreas plantadas por fornecedores e que ainda estão em um nível inferior de organização do processo de trabalho em relação às usinas.

É interessante observar que os próprios trabalhadores começam a perceber a existência desta maior organização que vem se viabilizando dentro das usinas no tocante ao controle que as mesmas começam a ter em relação às características requisitadas da mão-de-obra empregada:

* A utilização da informática agiliza sobremaneira o processo de tomada de decisões, modifica o funcionamento do almoxarifado, do controle de estoque, etc. Para maior aprofundamento ver: Relatório Convênio:FECAMP/SMO/Mtb. Op. Cit.

"... eles agora começam a exigir demais do trabalhador. O bom empregado é aquele que obedece as ordens, não reclama, se conforma. E existe uma combinação entre eles; tudo eles que sempre igual..., cê vai numa usina você já nem serve, vai em outra é a mesma coisa..."

1.2. O TRABALHO ASSALARIADO TEMPORÁRIO NO ALGODÃO E NO AMENDOIM

O plantio mecanizado do algodão ocorre entre outubro e novembro, devendo ser colhido de março a abril, coincidendo com a entressafra da cana. O cultivo deste produto possibilita, durante a colheita, o deslocamento diário de turmas de trabalhadores para outros municípios.

A Dira de Ribeirão Preto era apontada, em 1973, como a segunda região produtora de algodão, perdendo somente para a Dira de Campinas.

Apesar da aparente facilidade observada na colheita deste produto, alguns cuidados são necessários e exigidos pelos produtores, quando se colhe manualmente, como por exemplo:

- a) colher com ambas as mãos, desfazendo-se do algodão o mais rapidamente possível;
- b) não deixar acumular algodão na mão para depois colocá-lo no recipiente (balaio ou saco a tira-colo)
- c) não ficar insistindo em retirar todo algodão de um capulho, pois, às vezes, em um ou outro galho o algodão está tão aderido que o tempo gasto em colhê-lo resultaria em diminuição de rendimento e depreciação do produto.

Essas exigências objetivam a rapidez, de modo que a colheita não se estenda, coincidindo com o período de chuva. Elas tornam a "cata do algodão" um trabalho penoso e desgastante.

A introdução de máquinas, nesta etapa do cultivo do algodão, já é uma realidade na região, mas a colheita

manual ainda é priorizada pelo fato de permitir que se tenha mais capricho em relação a fibra colhida, retirando as impurezas que desvalorizam o produto em sua comercialização. A preferência pela colheita manual pode ser também justificada pela redução dos custos de produção. No entanto, os produtores enfatizam que o motivo principal em se utilizar mão-de-obra, neste momento, é a obtenção de um produto mais limpo e mais valorizado no mercado.

Além da "cata", o algodão utiliza em outra etapa do seu cultivo cuidados manuais que ainda não foram substituídos pela máquina. É o caso da "rarefação" ou desbaste, que consiste na retirada das plantas mais frágeis. Porém nestes anos de pesquisa não encontramos homens ou mulheres que tenham realizado este trabalho.

O amendoim, presente também na região, tem sua colheita principal em dezembro / janeiro, se a semeadura aconteceu em setembro/outubro, conhecendo-se como amendoim "das águas". Existe também a viabilidade de se fazer outro plantio durante janeiro/fevereiro que é colhido em maio/junho, sendo conhecido como amendoim "da seca".

A mecanização atinge quase todas as etapas de produção, solicitando mão-de-obra quase somente na época de se "chocalhar o amendoim". Esta tarefa consiste em se puxar vários ramos da planta em feixes com as vagens, sacudir a terra

e deixar as vagens expostas ao sol para secagem, o que pode durar até 2 dias.

Anteriormente a esta etapa, as máquinas fazem a soltura das plantas do solo, facilitando a retirada de feixes, e diminuindo o dispêndio de força física das trabalhadoras.

Atualmente, predomina na região a utilização de máquinas que separam o fruto das folhas, após a secagem.

A abanação (separação da casca do grão) e o ensacamento são realizados por máquinas. Em algumas áreas, os produtores utilizam máquinas, inclusive para o "chocalhamento".

Onde as máquinas não cumprem a etapa de separação dos frutos, utiliza-se mulheres e crianças para a realização desta etapa, que consiste num movimento de bater e puxar um feixe de plantas contra uma travessa de madeira fixa na borda de um cesto de bambu. A bateadeira é feita no próprio campo. Quando a bateadeira é feita manualmente as outras etapas também o são.

Assim como na cultura da cana, os empreiteiros - os gatos - estão presentes nas colheitas de amendoim e algodão, tornando-se mais frequentes nestas últimas do que durante os cortes de cana, já que, em algumas usinas os "gatos" estão sendo abolidos como intermediários na contratação de mão-de-obra.

Durante as colheitas destas duas culturas, e comum os próprios proprietários das lavouras se encarregarem do assalariamento, quando o pagamento é feito diariamente, no final do dia. Esta relação de trabalho estabelece-se mais frequentemente entre pequenos proprietários ou arrendatários, e trabalhadores que residem geralmente no mesmo

município.

Ao contrário, nas lavouras maiores, que consequentemente absorvem quantidades superiores de mão-de-obra, o "gato" é bastante assíduo e se encarrega de "recolher" os trabalhadores mais aptos às diferentes atividades inerentes à colheita do amendoim e algodão.

2 - O TRABALHO DA MULHER NA CULTURA DA CANA - NA SAFRA -

Estando o ano agrícola dividido basicamente em dois tempos, a safra e a entressafra, os dias de trabalho sofrem variação de durabilidade nos dois períodos do ano. Durante a safra, as trabalhadoras não tem conhecimento nem do local onde irão trabalhar naquele dia, nem do horário de retorno às suas casas. Na entressafra, muitas vezes o destino da viagem é também desconhecido, mas a duração do dia de trabalho não varia tanto como na safra.

Neste período do ano, ou seja, o da safra da cana-de-açúcar, predominam no município as atividades relacionadas à colheita de cana, que absorvem a grande maioria dos trabalhadores locais, inclusive as mulheres, que esperam com enorme expectativa a chegada da safra que possibilita maiores chances de trabalho e, portanto, melhoria das condições de vida.

As mulheres trabalhadoras, que no período de entressafra "fazem de tudo", neste período da safra, quando encontram trabalho, têm seus dias tomados pelo "serviço da roça".

A predominância de mulheres em pontos, lugar de parada para os ônibus e caminhões que transportam os trabalhadores, em algumas cidades da região, já não é mais frequente. Como ressaltamos anteriormente, a participação feminina tem diminuído, apesar de ainda existirem usinas que transportam em seus ônibus turmas constituídas em sua totali

dade por mulheres, que irão realizar tarefas das quais homens não participam. É o caso de uma usina da região, que durante a safra contrata uma turma de mulheres, "as catadeiras" para permanecerem atrás dos guinchos, retirando aquelas canas que por ventura venham a cair. Na entressafra elas fazem a carpa, juntamente com outros trabalhadores. No entanto, durante os anos de 1983, 84 e 85, em outros municípios que distam 30 a 50 quilômetros de Barrinha, constatamos turmas em que a grande maioria eram mulheres. Verificamos essa predominância em diversas cidades, nesta e em outras regiões do Estado.

A partir do momento que as mulheres deixam suas casas e se dirigem ao "ponto", inicia-se uma longa jornada de trabalho, chegando algumas vezes a ultrapassar 13 horas, quando se consideram as horas gastas no transporte.*

* Ficou estabelecido nos acordos coletivos que "os trabalhadores não residentes nas propriedades das empregadoras, que tenham direito ao salário "in itinere" nas condições do enunciado 90 do TST, farão jus a 1 hora extra por dia, no valor do salário estabelecido, acrescido de 30%, à título de salário "in itinere", que fica assim pré-fixado como mínimo. Os trabalhadores com salário fixo farão jus à remuneração da hora "in itinere" sem qualquer acréscimo, se essa hora estiver incluída na jornada normal de trabalho, atualmente 8 (oito) horas diárias, e com acréscimo de 30%, se extraordinária, na entressafra a hora "in itinere" será integrada à jornada de trabalho e, portanto, remunerada no valor da hora simples calculada em função da diária estabelecida, sem

Ao subirem nos caminhões ou ônibus* a distribuição por sexo, muitas vezes imposta pelo empreiteiro, delimita espaços geográficos distintos. Os homens ficam atrás e as mulheres à frente. Esta distribuição pode levar em conta a disposição, nos caminhões, de aberturas laterais usadas somente pelas mulheres para subir ou descer.

Os períodos de safra da cana significam para as mulheres a possibilidade de se ganhar um pouco mais e, desta forma, concretizar alguns projetos pessoais (entre eles maior variedade na alimentação, o que quase sempre não implica em maior valor nutritivo), ainda que para isto se viabilizar seja necessário grande dispêndio de esforço físico. É frequente a perda de peso neste período do ano, decorrente do corte de cana. Um recente levantamento (maio de 1991) elaborado pelo Serviço Pastoral do Migrante (SPM), denunciando as péssimas condições de moradia dos "barracões" (alojamento para migrantes das usinas), faz referência à utilização por parte dos trabalhadores de injeções de glicose, auto-medicadas, durante o período da safra, quando se sentem enfraquecidos, consequência tanto do trabalho pesado quanto da péssima alimentação.

qualquer acréscimo." Acordo coletivo da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo de 1988.

- * Apesar da enorme pressão do movimento sindical e outros setores da sociedade civil, exigindo a substituição dos caminhões por ônibus, permanecem cruzando as estradas, diariamente, inúmeros caminhões de turma.

Apesar da predominância de mão-de-obra masculina no corte de cana, a relutância em se contratar mulheres não se explica pela baixa produtividade das mesmas. Pelo contrário, algumas mulheres presentes nesta cultura chegam a ter a mesma produtividade que os trabalhadores homens, isso quando se trata do corte de cana. As mulheres que foram incorporadas mais recentemente e que ainda não adquiriram habilidade suficiente para a realização do corte não chegam a atingir a diária estabelecida. Nas outras tarefas da safra as mulheres têm um rendimento maior, superando os homens. Além da equiparação da produção as mesmas apresentam maior dedicação, avisando com antecedência os dias que precisam faltar, se submetendo a algumas tarefas consideradas pelos homens como "fracas demais", ou seja, que não compensam pela sujeira, pela monotonia, etc. e que não implicam em maior remuneração. A maioria destas atividades são realizadas frequentemente na entressafra, recebendo o trabalhador uma diária estipulada.

Tanto empregadores como as trabalhadoras são enfáticos em afirmarem que não existe distinção de tarefas para homens e mulheres; porém observamos que algumas tarefas são exclusivamente femininas.

Além das "catadeiras" citadas anteriormente, algumas usinas contam com as "barrileiras", mulheres que tendo um pequeno barril nas mãos, passam a cada meia hora nas ruas de cana oferecendo água aos trabalhadores. Estas mulheres são responsáveis por buscar água limpa, tratá-la com cloro, distribuído pela Secretária da Saúde em alguns municípios, e mantê-la fresca. A roupa da "barrileira" deve estar limpa. A trabalhadora que consegue preencher esses requisitos dificilmente é substituída por outra.

Algumas usinas já tentaram utilizar os homens para essa tarefa, o que resultou em enorme insatisfação, principalmente entre as trabalhadoras. Estas alegavam pouca dedicação dos homens àquela atividade, pois ofereciam água quente, turva e traziam o barril constantemente sujo.

Essa ocupação é preenchida por mulheres mais i dosas, que não têm condições físicas para suportar o corte de cana. Quando perguntamos a algumas trabalhadoras se existia concorrência para o cargo, elas disseram que não, pois apesar do serviço ser leve, o que é atrativo, ele não permite um "ganho maior", como acontece no corte de cana.

Os cargos de fiscal, feitor, motorista de guin chos, de tratores, de colhedeiras e de qualquer outra máquina utilizada no setor agrícola são preenchidos exclusivamente por homens.*

Os pré-requisitos necessários à a ocupação da aqueles cargos não são incomuns entre as mulheres. Parte significativa delas sabe ler e escrever, condição imprescindível para ser fiscal ou feitor. Encontramos inclusive algumas mulheres que sabiam conduzir automóveis e tratores. Tivemos contato

* Visitamos algumas usinas durante a pesquisa e observamos que nos escritórios só trabalhavam homens. As mulheres presentes pertenciam às categorias de telefonistas e faxineiras.

As mulheres contratadas para desempenharem funções técnicas mais qualificadas, como agrônomas, biólogas e químicas, assumiam aquelas atividades que exigiam cuidados permanentes e

com mulheres provenientes de famílias que foram "meieiras" - em outros Estados e regiões como Paraná e Sul de Minas onde tinham acesso a tratores e outras máquinas e que tiveram oportunidade de aprender a conduzi-los. Vale ressaltar que essas mulheres tinham algumas aptidões e interesses que fogem à regra, principalmente nesta camada social. Mesmo assim nunca foram cogitadas para aquelas ocupações e nem elas próprias tentaram assumi-las.

Além da distinção entre homens e mulheres, algumas empreiteiras têm contratado menores (ainda na safra de 1991) para realização de tarefas consideradas mais desvalorizadas pagando remuneração que não atinge nem a diária estabelecida.

Desta forma, numa escala de valores o mundo masculino do trabalho sendo preenchido por homens, mulheres e crianças, designa aos primeiros as ocupações mais qualificadas, mesmo em se tratando de uma categoria que já é em si residual, destinando às mulheres e crianças aquelas mais desqualificadas, menos prestigiadas. Como disse uma trabalhadora:

"... faço um trabalho que não é pra gente..."

Para o plantio da cana, utiliza-se ao mesmo tempo

minuciosos, que os técnicos homens resistiam em assumir. Segundo um diretor de usina eram aquelas atividades que "encham o saco" e que homem nenhum queria realizar.

uma carreta com homens em cima, os quais vão atirando a cana nos sulcos e as mulheres vão "picando cana" que é jogada dos lados da carreta. Esta atividade demanda ritmo e movimentos bastante rápidos, exigindo das trabalhadoras que permanecem curvadas, grande agilidade, pois precisam acompanhar a carreta. Algumas usinas utilizam mão-de-obra masculina para esta tarefa, mas predomina na região uma preferência por parte dos empregadores em utilizar as mulheres. Os homens refugam esta ocupação, alegando que as "mulheres se ajeitam mais em serviço mais agachado".

Essa afirmativa reforça também a predileção, por parte das mulheres, em realizarem tarefas mais "levianas", segundo os próprios homens. No entanto, tais tarefas consideradas mais fáceis, mais leves, encontradas tanto na safra como na entressafra, não demandam menos força e sim sujeição a um certo movimento corporal extremamente desgastante.

2.1. - O TRABALHO DA MULHER NA CULTURA DA CANA - ENTRESSAFRA

O período correspondente a entressafra da cana, que compreende os meses de novembro a abril, absorve mão-de-obra em quantidade bem inferior ao período da safra. Para as trabalhadoras que durante a safra foram contratadas pela usina, após uma pequena parada que se dá entre os meses de novembro e dezembro, sucede nova contratação para as atividades tradicionais do período de entressafra da cana: carpa, plantio, limpeza de valetas, corte de cana crua utilizada para o plantio. As trabalhadoras que foram contratadas pelos empreiteiros somente para o período de safra, experienciam uma situação de trabalho improvisada, podendo estar durante uma semana na lavoura e na semana seguinte nas cidades, exercendo atividades de doméstica, varredoras de rua, etc.

A falta de contratos, de registros em carteira favorecem, em certa medida, o deslocamento e a perambulação das trabalhadoras por atividades distintas, principalmente durante os meses de entressafra. Dessa forma, disse uma trabalhadora, referindo-se àquela incerteza e insatisfação com as ofertas de trabalhos disponíveis:

"... olha, no ano passado eu fiz de tudo: comecei lavando roupa pros mineiros, depois eles reclamaram que estava ganhando pouco e que iam eles mesmos cuidar da roupa; depois

me chamaram pra ir no amendoim, não fiquei por que com este joelho, inchou, ficou assim (mostrando a perna inchada) de tarde cheguei aqui e nem aguentei tomar banho, dormi assim cansada, suja; também tava tirando tão pouco, não tava compensando. Depois fui no algodão, fiquei uns dias, começou a chover, a turma parou de ir, aí tive que procurar faxina em Ribeirão Preto por dia; depois fiquei por mês na mesma casa."

A maior incidência de mulheres e crianças, tanto na colheita do amendoim quanto no algodão, realmente chama a atenção, sugerindo uma outra questão: onde estão os homens durante este período do ano? Apontamos anteriormente, a ausência de demanda de mão-de-obra provenientes de outras atividades econômicas no município de Barrinha, que poderiam absorver parcela desta população de trabalhadores, coloca um limite muito próximo para outras possibilidades de trabalho. O resultado disso é a forte migração temporária dos homens (mulheres também mas em quantidade bem menos significativa) em busca de outras atividades a serem desempenhadas em municípios nem sempre muito próximos. Não encontrando essas possibilidades, os homens permanecem em casa, sobrevivendo da remuneração auferida por algum outro membro do grupo familiar, principalmente pelas mulheres,

quando os filhos (com idade inferior a 10 - 12 anos) ainda não ingressaram no mercado de trabalho. Neste contexto uma trabalhadora disse:

"... tem parada que nós passa muita falta; às vezes o serviço que tem os homem rejeita, ficando a parada inteirinha sem trabalhar, bebendo pinga o dia dia inteirinho, e as mulheres e as crianças que não são muito pequena vão pro algodão, amendoim. A minha vizinha mesmo, o dela (marido) ficou esse tempo todinho em casa, tomando uns gole..."

É expressivo o número de mulheres que são donas de casa e se assalariam somente no período de colheita do algodão e amendoim retornando após alguns dias de trabalho aos cuidados da casa. Voltar aos cuidados da casa não significa somente cuidar das tarefas domésticas e sim associar aquelas tarefas a outras remuneradas.* Esta Situação de assalariamento descontínuo é mais frequente nas famílias em que

* Retomaremos esta observação no capítulo seguinte

existem dois ou mais membros inseridos em outras formas de contratos de trabalho menos provisórios possibilitando, portanto, a sobrevivência da família.

É necessário ressaltar que as trabalhadoras, durante as colheitas de algodão e amendoim, têm outras atividades principais, como doméstica, varredeiras, etc, nas cidades próximas. A urgência de se colher aqueles produtos em um tempo relativamente curto* reduz a extensão da colheita e propicia a participação das mulheres durante os fins de semana e feriados, quando mesmo inseridas em outros trabalhos, têm livres aqueles dias.

O período de safra significa para as mulheres a possibilidade de "se ajeitar", arrumar um trabalho, suprimir as dívidas, comprar "algumas coisinhas". Antes da safra, algumas trabalhadoras se endividam na compra de roupas, ferramentas de trabalho, garrafões de água, etc, com intuito de liquidarem a dívida assim que receberem o primeiro pagamento.

* Alguns relatórios de pesquisa sobre o cultivo do algodão fazem referência a um total de 30 dias necessários para a colheita de algodão na região, pois em março/abril, as chuvas são abundantes, fazendo-se necessário agilizar a retirada das fibras. É comum ampliar, a semana de trabalho, incluindo os domingos e feriados, quando a remuneração deve ser paga em dobro. O amendoim que também não pode receber umidade segue os mesmos cuidados intensivos do algodão.

A entressafra, em contra partida, é o período de novos endividamentos, a serem liquidados em algum momento que não se sabe qual. É o tempo da incerteza. Uma mulher chefe de família, que durante a safra de 1989 não conseguiu nenhum trabalho, e que na entressafra (janeiro de 1990) foi chamada pelo empreiteiro para ir "chocalhar" amendoim comentou:

"... X veio aqui ontem e falou: Cida você está numa situação difícil, eu tô vendo aí as suas crianças. Dá um jeito* e vem no caminhão que amanhã a gente vai lá para Luiz Antonio colher amendoim."**

* "Dá um jeito" significa conseguir pelo menos um pouco de arroz para colocar no caldeirão que se leva ao trabalho. Ficar em casa sem ter o que comer "dá para levar", mas durante o dia de trabalho, o desgaste físico despendido na lavoura precisa ser recuperado pelo menos com um pouco de arroz. Os trabalhadores costumam fazer pequenas paradas, tempo suficiente somente para algumas colheradas e retornam rapidamente ao trabalho.

** Luiz Antonio é um pequeno município situado a 80 quilômetros de Barrinha.

Mostrando-nos as latas de mantimentos vazias pudemos compreender o que esta trabalhadora dizia quando, reproduzindo a fala do empreiteiro, reiterava: "... dá um jeito !"

Ir para o trabalho levando em seu caldeirão somente o arroz sem nenhuma "mistura", já representava para a trabalhadora, uma situação limite de pauperização. Ir sem este mínimo é impossível, pelo menos não encontramos nenhum trabalhador/a que tivesse relatado este estado de miserabilidade. Muitas vezes, mesmo existindo onde trabalhar, é necessário um mínimo que compreende roupas adequadas e comida para as mulheres e basicamente só comida para os homens.

A saída encontrada naquele caso foi a coleta iniciada por uma trabalhadora que, juntamente com outras companheiras de turma, conseguiu arrecadar uma cesta de alimentos que incluía arroz, feijão, sal, óleo e fósforo, suficientes para uma semana. Após a primeira semana de trabalho, aquela trabalhadora já sem alimentos, utilizou um "vale" que lhe assegurou a semana seguinte.

Acompanhamos de perto e por diversos períodos de safra e entressafra os momentos de emprego e desemprego desta mulher. Sendo mãe de 2 filhos menores de 8 anos, percebíamos através de suas crianças quando ela havia conseguido algum trabalho. Enquanto a mãe trabalhava, o filho de 4 anos ia para a creche e a de 7 anos ficava sozinha em casa, mas tinham, os dois, o que comer. Neste período, as crianças engordavam, cresciam diferentemente dos momentos de desemprego, quando todos perdiam peso e iam dormir mais cedo, na tentativa de enganar a fome.

Se a safra pode representar maiores oportunidades de emprego, na entressafra tais oportunidades tornam-se rarefeitas, propiciando perda progressiva das condições de vida.

Como apontamos anteriormente, a entressafra configura para as mulheres como sendo uma época em que se faz necessário adotar inúmeras estratégias de sobrevivência que se traduzem pela combinação de tarefas remuneradas diversificadas, tanto no espaço urbano, quanto no espaço rural. Porém, delimitamos neste capítulo somente aquelas realizadas exclusivamente no âmbito do assalariamento rural.

A princípio existem dois fatores que estariam contribuindo para o crescente processo de desqualificação do trabalho feminino.

O primeiro está intimamente vinculado à transformação da estrutura produtiva na região, que vem se intensificando nas últimas décadas, mas que encontra seu ápice nestes dois últimos anos.

Neste sentido, vem se processando nos complexos agroindustriais presentes na região, uma concentração e centralização, de capitais, através de mudanças na base técnica de produção, fundamentada na quimificação e na mecanização, entre outros.*

* A análise do perfil da necessidade de trabalhadores qualificados nas atividades produtivas: , cana-de-açúcar e laranja na Dira de Ribeirão Preto. Relatório de Pesquisa. Op. Cit.

A crescente mecanização e a consequente necessidade de qualificação dos trabalhadores deixa à margem parte significativa da parcela feminina dos assalariados na medida em que todas as tarefas que exigem maior especialização são desempenhadas por homens. Necessário ressaltar que a intensificação da modernização da estrutura produtiva exclui também em grande medida a mão-de-obra masculina que passa a não mais preencher os requisitos necessários decorrentes da mecanização, ou mesmo passa a ser disponível, já que a introdução de máquinas colheitadeiras e outras substituem as atividades exercidas basicamente pelo trabalhador e seu podão.

No entanto, se pudéssemos resgatar as etapas deste processo de intensificação da mecanização, tendo em vista a decrescente participação da mão-de-obra feminina, o que estrapola as dimensões do presente estudo, confirmaríamos as denúncias feitas por sindicalistas, pais de famílias inconformados, mães-chefes de família revoltadas.

O segundo fator que confirma a hipótese da desqualificação da mão-de-obra feminina, pode ter sido influenciado pela nova Constituição promulgada em 1988 modificando e introduzindo alguns direitos trabalhistas que ampliam os encargos sociais dos empregadores, em relação às mulheres trabalhadoras.

Os direitos conquistados na nova Carta Constitucional contribuem, em certa medida, para que diminua o nível de absorção de mão-de-obra feminina, na medida em que ela passa a ser mais onerosa. Desta forma, as atividades mais desqualificadas e frequentemente mais ausentes de direitos são preenchidas pelas mulheres trabalhadoras, que se inserem nas relações de trabalho onde predominam as contratações informais.

Anteriormente, tínhamos na antiga Constituição garantidos 90 dias de licença-maternidade. A partir da nova Carta Constitucional ela passa a ser de 120 dias, implicando, portanto, em aumento da remuneração concedida à trabalhadora afastada de seu trabalho.

Como está na Constituição:

"licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias" (Capítulo II - Dos Direitos Sociais, art. 7º, inciso XVIII).

Assim como garantiu também a estabilidade no emprego para as gestantes, fato que anteriormente só aparecia na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a nova Constituição, em seu Título IX, art. 10º, inciso II, garante:

"Fica vedada a dispensa arbitrária sem justa causa:

a)....

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após parto";

Dentro da tendência à desqualificação e diminui-

ção da participação da mão-de-obra feminina, que se evidencia na região, é difícil afirmar qual dos fatores teria maior influência na confirmação desta tendência. A questão constitucional aparentemente impeditora de novas contratações dificilmente é abordada pelos empreiteiros como sendo a causa da frequente recusa à mão-de-obra feminina. As usinas também alegam que a mudança constitucional não afetou o nível de contratação, apesar de exigirem para as mulheres em idade fértil, atestado de ligadura de trompas, exames frequentes de urina, etc.

A alegação utilizada, principalmente pelos empregados é a de que "a mulher precisa trabalhar junto ao marido", "os homens precisam de mais serviço que as mulheres", alegações estas que dificultam a incorporação das mulheres.

.....

3 - O TRABALHO DA MULHER NAS CULTURAS DO ALGODÃO E AMENDOIM

A irregularidade dos horários de trabalho exigidos para a boa colheita, explica a alta frequência de mulheres nesta atividade. Como o algodão deve ser colhido seco, em dias chuvosos a colheita é suspensa. Além disso, em dias mais úmidos, as primeiras horas da manhã não são indicadas para este serviço, pois o algodão pode ainda se encontrar orvalhado, prejudicando a sua qualidade no momento da comercialização. As mulheres se submetem mais facilmente a esta irregularidade.

A proximidade das plantações de algodão em alguns municípios facilita o deslocamento a pé das mulheres, de suas casas até o local de trabalho, após a realização das tarefas domésticas. Isto ocorre por volta da 10 horas da manhã, horário preferido pelo produtor para dar início à colheita. Esta proximidade das plantações, além de favorecer a combinação de serviços domésticos e o da roça, propicia inclusive a participação de crianças, que vão para os campos, após o horário escolar. Quando é possível fazer essa combinação, as crianças vão à escola nas primeiras horas da manhã e em seguida vão para a colheita.

A quantidade colhida por cada trabalhadora depende do estágio da planta, pois se é a "primeira apanha" é possível chegar a 6 ou 9 arrobas por dia. Isto porque o pé está mais denso de fibras a serem retiradas, permitindo maior velocidade no trabalho. As apanhas seguintes, menos densas, tornam-se mais demoradas e desta forma cai a produção de cada

trabalhadora.*

A estreita relação entre empreiteiro e trabalhadoras pode contribuir para facilitar a seleção de mulheres que tenham as qualidades exigidas pelos produtores, interessados em obter um produto com melhor aceitação no mercado, ou seja, mais limpo.

O empreiteiro de mão-de-obra, o "gato", normalmente contrata em sua turma um homem, que exerce juntamente com aquele e com representantes dos produtores, a função de fiscal. Todos, portanto, durante os dias de colheita, fiscalizam o trabalho e verificam se as trabalhadoras estão cumprindo as exigências feitas.

Para o empreiteiro, a permanência de trabalhadoras que cumprem as ordens estabelecidas pelos donos da plantação, implica na sua continuidade como intermediário, no transcorrer de novas colheitas. Desta forma, a garantia de sua função junto aos produtores reside basicamente no preenchimento adequado da função agenciador-fiscal.

Como os empreiteiros são os mesmos para diversas culturas (cana, algodão, amendoim), torna-se possível a ampliação de conhecimento das trabalhadoras aptas a cada etapa de ca-

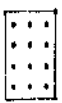
* A colheita do algodão em março e abril de 1991 remunerava na "primeira apanha" em 250 cruzeiros a arroba; na "segunda apanha" em 300 e na "terceira apanha" a 500 cruzeiros. Esta "última apanha" não permite uma produtividade superior a 3 arrobas, resultando em média de mil cruzeiros por dia de trabalho.

da produto. Porém, observa-se que com excessão da cana, nas outras culturas privilegiadas neste estudo, a contratação de mão-de-obra é destituída de quaisquer vínculos formais de trabalho. Como ressaltamos na parte 2 deste capítulo, os mesmos não registram as trabalhadoras para essas tarefas.

A inexistência de vínculos empregatícios principalmente nestas colheitas e a absorção de trabalhadoras de forma assistemática, só por alguns dias fortalecem a relação de benevolência do empreiteiro para com as trabalhadoras. Desta forma, as mulheres, porque precisam, se sentem agradecidas por poderem trabalhar somente alguns dias, e o empreiteiro que também precisa, porque tem um compromisso com os produtores mas não diz e não explica, permanece como sendo bonzinho e compreensivo.

CALENDÁRIO AGRÍCOLA DAS 3 PRINCIPAIS CULTURAS ABSORVEDORAS DE MÃO-DE-OBRA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

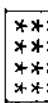
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CANA -DE- AÇÚCAR (1)												
ALGODÃO (2)		*****	*****	*****	*****							
AMENDOIM (3)												



- SAFRA - (colheita)



- ENTRESSAFRA - (carpa - plantio)



- COLHEITA



- COLHEITA

1) Este ciclo da cana-de-açúcar é o predominante, resultando a cana de 18 meses.

Existe a possibilidade de outro plantio realizado nos meses de setembro e outubro que deverá ser colhido com 12 meses.

2) A cultura do algodão utiliza em pequena quantidade mão-de-obra para a realização da carpa, principalmente no mês de dezembro.

3) A colheita principal do amendoim se dá nos meses de dezembro e janeiro, podendo ocorrer outra nos meses de maio e junho.

O calendário acima, permite visualizar as colheitas das 3 culturas analisadas e indica alguns elementos que podem contribuir para o entendimento da conjunção das tarefas realizadas, no meio rural, pelas mulheres.

Verifica-se, portanto, que não encontrando trabalho na cana, no período de entressafra, as mulheres que não vão para a "cata do algodão" ou "chocalhamento" do amendoim, permanecem praticamente 5 meses sem trabalho, no espaço rural.

4 - AS MULHERES NA RELAÇÃO DE TRABALHO

Para as mulheres assalariadas a coexistência de contratações formais e informais permite uma condição de trabalho que se traduz em algumas ambiguidades. Se por um lado existe uma enorme expectativa em conseguir contrato pelas usinas, o que significa maior segurança, melhor atendimento médico, etc., muitas delas apontam várias vantagens em se trabalhar com os "gatos" e sem registro:

- a possibilidade de estar constantemente disponível para trabalhar em melhores condições oferecidas por outros empreiteiros;
- a maior possibilidade de conciliação entre afazeres domésticos e serviço da roça, na medida em que a perda de um ou dois dias de trabalho não resulta em punição, conhecida como "gancho" * ;
- estão submetidas a um menor controle da capacidade reprodutiva, pois algumas usinas exigem atestados de esterelidade como requisito para a contratação

* "Gancho" é a suspensão por 3 dias, quando o trabalhador perde um dia sem justificar com atestado médico. A existência dessa prática se estende a trabalhadores de outros setores da usina (turbineiros, caldeireiros, etc).

No entanto, estando vinculada a um empregador através de contrato verbal, a frequente perda de dias de trabalho pode ser motivo alegado para a dispensa e recusas posteriores daquelas que são consideradas "más trabalhadoras".

A estreita relação entre trabalhadoras e empregadores menos capitalizados, motoristas de caminhões e de ônibus contratados pelas empregadoras, que muitas vezes assumem o papel de agenciadores pelo fato de estarem mais próximos ou por terem maior familiaridade com as contratadas, possibilita uma situação onde as mulheres se sentem por um lado gratificadas e por outro lado lesadas, na medida em que vão sendo "roubadas" e "enganadas", à vontade para reclamarem dos abusos e/ou cobrarem seus direitos.

Percebendo o "roubo" como um caminho possível para o enriquecimento e portanto, para um maior distanciamento entre aqueles que vivem do próprio trabalho e aqueles que vivem do trabalho de outros, afirmava uma trabalhadora:

"... X era um empregador que começou com um caminhãozinho, sem lona em cima, sem nada; morava aqui na rua, era amigo de todo mundo. Na 2ª safra ele foi melhorando de vida, comprou outro caminhão, melhorou o 1º

e foi indo. Hoje ele tem sete caminhão e é dono da empreiteira Y e não mora mais aqui, mudou de cidade e acertou gente pra trabalhar pra ele, assim ir atrás do pessoal..."

A percepção de que foram ludibriadas por um "igual", um que vivia próximo, do lado, cria em alguns momentos sentimentos de revolta e a necessidade de revidar, de não deixar passar despercebido. Assim, a trabalhadora citada acima dizia:

"... eu tô doida pra arrumar serviço naquela turma, só para criar problema, eu vou querê todos os meus direito, só pra ele ver que a gente também tem direitos, que não serve só pra encher o bolso dele..."

O distanciamento físico das usinas, o desconhecimento pessoal do patrão e a identificação do usineiro como "diferente", que sempre foi "mais", dão indícios de que as relações trabalhistas ocorridas entre trabalhadores e usina são mais profissionais, retirando qualquer embaraço no momento de contratação e acordos estabelecidos entre as duas partes.

A presença muito próxima de alguns empreiteiros, que dividem situações cotidianas com as trabalhadoras, frequentam as mesmas festas, os mesmos mercados * , etc , pode ocultar a contradição de "diferente" visivelmente identificada na usina-patrão. E as sucessivas perdas decorrentes das relações sociais de trabalho nas quais estão inseridas, onde se perde não só no salário, mas também, na própria capacidade física para o trabalho, permitem a visualização do agenciador também como "gato", aquele que lhes tira algo.

Visto desta forma, o empreiteiro passa a ser um a mais a lucrar com o suor dos trabalhadores e uma trabalhadora fez o seguinte comentário quando preconizava as vantagens em ser contratada pela usina:

"... trabalhar com o empreitei

* Um empreiteiro queria contratar uma trabalhadora mas suspeitando de sua gravidez, resolveu esclarecer a dúvida , quando a encontrou na mercearia:

- Eu estou te achando muito gorda, é verdade que você está grávida ? Porque se estiver, eu não vou poder te contratar. A trabalhadora, que não estava grávida, ficou indignada e fez a seguinte proposta:

- Se eu estiver grávida eu trabalho a safra inteirinha sem ganhar tostão, agora se eu não estiver você vai me pagar do brado, certo ?

O empreiteiro não aceitou a proposta e a contratou

ro é muito pior que direto na usina. Pros empreiteiros é assim, você alimenta 5 famílias: a família do empreiteiro, a do motorista, a do fiscal, a do usineiro e a sua."

CAPÍTULO II

AS ASSALARIADAS RURAIS E O TRABALHO DOMÉSTICO

Prentendemos, neste capítulo, resgatar os cuidados com a casa, filhos e marido, que as mulheres assalariadas rurais continuam a realizar, mesmo quando mantêm contratos de trabalho com as usinas, ou seja, trabalham durante o período de safra, fazem pequena parada (mais ou menos de 20 dias) e na entressafra são novamente recontratadas.

Além dos cuidados voltados diretamente para a família, como preparar alimentos, limpar a casa, lavar e passa roupa, pagear as crianças menores, recuperamos inúmeras outras atividades remuneradas, que são desenvolvidas no espaço doméstico. Incluímos também aquelas que são desempenhadas fora de suas casas, mas que são exclusivamente femininas, como o caso do emprego doméstico.*

* É curioso notar que encontramos duas trabalhadoras que após o trabalho, principalmente na entressafra, quando a extensão do dia de trabalho é menor e o retorno às suas casas se dá por volta de 4 horas, recolhiam apostas de jogo do bicho, e as entregavam ao "bicheiro", em horário anterior ao sorteio que acontece no final das tardes.

Em outros setores sociais, a inclusão da mulher no mercado de trabalho é viabilizado pelo acesso que têm à rede de de serviços particulares que garantem parte dos cuidados com os filhos, casa, etc e pela incorporação na casa de outra mulher para a feitura de serviços domésticos. A utilização de uma via ou outra, ou mesmo das duas, garante em alguma medida o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, quando o poder aquisitivo da família é suficiente para o custeio de tais serviços *.

A ausência de serviços públicos e/ou privados voltados para as demandas do grupo doméstico, conjugada com o baixo poder aquisitivo da família assalariada rural, forçam a elaboração de uma rede de serviços baseados na colaboração, parentesco, vizinhança e solidariedade, configurando portanto relação social distinta daquela proveniente dos serviços públicos e/ou privados.

* Saffioti, Helieth Iara Bongiovanni. Emprego Doméstico e Capitalismo. Petrópolis. Vozes. 1978.

1 - O CUIDADO COM AS CRIANÇAS

A maior dificuldade que as trabalhadoras rurais encontram para se assalariar é o cuidado das crianças. Entre essas mulheres, os motivos impeditores do assalariamento mais permanente, menos intermitente, estão frequentemente ligados a mudanças provocadas internamente à família, quer seja o nascimento de um filho ou a saída das filhas que se casam, as quais assumiam, no lugar da mãe, a responsabilidade pelas crianças menores e manutenção da casa: limpando e cozinhando*.

Essas dificuldades criam grande expectativa das mães, em relação a possibilidade de assalariamento dos filhos maiores, entendido como um meio delas mesmas deixarem o "trabalho de fora" e passarem a cuidar melhor dos filhos pequenos.

Essa expectativa pode justificar parte da sujeição das mulheres a todo tipo de trabalho, pois dar condições aos filhos de estudar e arrumar alguma "coisa melhor" lhes trará também algum retorno em outro momento.

No entanto, essa expectativa encontra seu limite

* Verificamos que naquelas famílias nas quais o serviço doméstico era realizado por meninas, filhas de 10 - 12 anos, que não trabalhavam fora, a lavação de roupas estava sempre destinada às mães, no início da noite, quando retornavam do trabalho. Segundo as mães trabalhadoras "lavar roupas é pesado demais e cansa muito as meninas".

na própria inexistência de outras atividades, não só no município, como na própria região. O trabalho sazonal absorve parte significativa da mão-de-obra desqualificada e a qualificação que vem sendo demandada pela agroindústria canavieira reduz seletivamente a participação da mão-de obra* . Assim, acreditam elas, mesmo o trabalho disponível, o corte de cana, altamente desgastante, não poderá ser "enfrentado" pelos filhos que hoje são pequenos. Ponderam também que as condições atuais de alimentação dos filhos são tão débeis que não poderão assegurar um trabalhador com força física suficiente. Uma mãe trabalhadora vendo seus filhos crescerem subnutridos dizia:

"Eu não sei o que será dessas crianças, quando se pusé a crescer. Elas não vão ter força para enfrentá a roça. ... Porque antes a gente quando a gente era criança a gente ainda comia, hoje é uma comida tão fraca! ** Eu não sei

* Recente relatório publicado pela UNESP-Jaboticabal faz análise detalhada sobre mão-de-obra absorvida pela agroindústria canavieira. Op. Cit.

** Por comida "fraca" entende-se a ausência de carne, que além de proporcionar sensação "de estar cheio", confundida com "bem alimentado", proporciona, sabe-se, o melhor desen

o que vai ser delas..."

Mesmo as mães que usam o atendimento de creches, necessitam subempregar outras pessoas (sobrinhas, filhas das vizinhas) * que se responsabilizem por buscar as crianças no final do expediente, já que o horário de funcionamento destes estabelecimentos não condiz com a jornada de trabalho das mulheres. Esta situação é mais complicada nos períodos da safra da cana, quando muitas retornam à noite às suas casas.

A inadequação do horário de funcionamento das creches e suas baixas taxas de absorção das crianças demandantes contribuem para a utilização por parte das trabalhadoras de outras mulheres que são impedidas momentaneamente ou mesmo não querem se assalariar por períodos prolongados, vindo a desempenhar a função de mães-crecheiras. Esta ocupação resulta

volvimento físico das crianças em fase de crescimento. Alba Zaluar, 1982 ; na pesquisa realizada em conjunto habitacional do Rio de Janeiro, faz discussão detalhada sobre a importância da "comida forte" entre os pesquisados, ressaltando o poderoso símbolo de prestígio social e riqueza quando se consome "comida forte", onde o principal componente é a carne.

- * Quando as trabalhadoras não contam com nenhuma ajuda de parentes que "quebram o galho" e gratuitamente buscam as crianças nas creches, é comum disporem de até 1/5 de seus salários para o pagamento daquelas que assumem esta responsabilidade.

da impossibilidade da mulher sair de casa para trabalhar. Frequentemente as razões são:

- partos próximos, resultando em filhos com pouca diferença de idade e impossibilitando que os maiores cuidem dos menores.
- não poder contar com as creches disponíveis e ainda não contar com a ajuda de filhos que possam cuidar de outros irmãos.
- alguma seqüela física adquirida, em alguns casos, no próprio trabalho da roça*.

* No decorrer da pesquisa contatamos algumas trabalhadoras que haviam se afastado do trabalho da cana e que estavam naquele momento desempenhando, entre outras coisas, a ocupação de mãe-crecheira. Obtivemos maiores informações sobre os motivos dos afastamentos e o porque da atual ocupação:

- corte profundo na mão provocado pelo facão, prejudicando os movimentos de alguns dedos, o que tornava o corte da cana um trabalho "que não compensava".
- um aborto mal feito que a deixara debilitada com infecções repetitivas.
- idade avançada demais para "continuar subindo em caminhão de turma".
- doenças congênitas, que nos períodos agudos podem se prolongar por meses seguidos. Quando a doença era controlada, o retorno à roça acontecia assim que conseguia outras mu-

- a necessidade de cuidar de netos ou parentes, recebendo ou não alguma remuneração.

Nesses casos em que o impedimento de trabalhar fora é resultante da necessidade de cuidar de outras crianças, essas mulheres costumam argumentar que "quem cuida de um, cuida de dois".

A provisoriedade desta ocupação, aliada ao fato de que tudo que é realizado dentro de casa ^{em} sempre é considerado trabalho, principalmente cuidar das crianças, nenhuma delas assumia tal ocupação como profissão, mesmo aquelas que já estavam nisto há alguns anos.

A não identificação da atividade "cuidar de crianças" como trabalho, pode também ser consequência da forma como essa tarefa é realizada. É comum as crianças estarem sob a responsabilidade de adultos, mas de fato cuidadas, alimentadas, trocadas por outras crianças pouco maiores*

Os acordos estabelecidos entre mães-trabalhadoras

para cuidarem das crianças. É interessante que poucas faziam referências ao gostar de crianças, ter paciência com as mesmas, qualidade, pensa-se, indispensável àquelas que lidam com crianças.

* É comum entre as crianças a perda de dias de aula, quando a mãe necessita ficar fora de casa (pagar contas, ir ao hospital, fazer alguma compra) no período que coincide com aquele das aulas. Dessa forma, as mães saem e os filhos ficam em casa com as crianças.

ras e mães-crecheiras são variados. Em alguns casos, as mães-trabalhadoras pagam quantia estipulada e se responsabilizam em fornecer toda a alimentação diária. Em outros, o pagamento inclui tudo aquilo que a criança necessita comer, devidamente recomendado pela mãe*.

Não contando com as creches e não obtendo salários dos quais possam-se retirar quantia necessária a ser paga "àquelas que cuidam", a alternativa encontrada é deixar os filhos sozinhos em casa, quando "um olha o outro e Deus olha por todos".

Uma trabalhadora, não tendo como pagar alguém pa

* Apesar de existir, quase sempre, estreita relação de convivência e amizade entre a mãe-crecheira e a mãe-trabalhadora, às vezes ocorrem atritos entre as duas. Quando as mães levam os alimentos e as crianças adoecem ou perdem peso, cria-se a desconfiança de que os alimentos não estão sendo oferecidos aos filhos. Quando o pagamento inclui alimentação, e as crianças não estão tendo desenvolvimento desejado, acredita-se que as responsáveis estão deixando aquelas passarem fome. Percebemos que a relação entre trabalhadora e mãe-crecheira é mais tranquila quando a segunda não tem filhos e portanto a alimentação combinada se destina somente às crianças que são cuidadas. Esta desconfiança também existe quando as crianças ficam nas creches. Uma mãe-trabalhadora chegou a perder vários dias de trabalho porque esteve com sua criança internada em outro município, consequência segundo ela, de remédios mal utilizados e com data vencida, administrados pela cre-

ra cuidar de suas 5 crianças menores de 10 anos, e tendo que se assalariar afirmava:

"Sei que desde o dia que eu cheguei aqui que eu sofro, sofro mesmo que dá dó. Minhas criançinhas pequena, tinha um pequenininho quando eu cheguei aqui, começava a andá. Se eu fosse pagá uma qualquer , uma mulher pra olhá, eu não tinha condição de pagá, não tinha não senhora.

Aí eu largava em casa, com os outros, ficava 5 crianças pequenas, o maior tinha 10 anos, era 10 anos, e ficava com os pequenininho, agora eles começavam a brincar. Eu largava a comida feita, ainda hoje eu largo a comida feita, eles comem a hora que eles quiserem, brincam o dia inteiro. Quando

che. A solução encontrada, após a recuperação da criança, foi deixá-la com as "mulheres que cuidam".

eu chegava à tarde, eu falava, se as minhas crianças estão chorando, é porque tá com fome. Agora não, porque eles já sabem subir no bujão, sobe no fogão, cata comida e já come, mas quando eles eram pequeninho, não. Era capaz de morrer de fome. Água... que nem hoje eu pego a pensar minha vida como é que é, aqui de frente ao meu barraco tinha água que dava direto, sujeira que descia na rua direto, e a criancinha pequena não sabia falá, nem bebê água, baixava a cabeça e bebia."

As crianças mais velhas são, nestes casos, alfabetizadas em idade bem mais avançada do que a idade idealizada como idade escolar. Frequentemente aprendem o mínimo (assinar o nome e fazer algumas contas) a partir dos 10 anos, e logo a seguir substituem a escola pelo trabalho na roça.

Desde muito cedo exige-se das crianças maiores enorme responsabilidade, seja com os cuidados da casa, seja com os cuidados com irmãos menores. Impedidos de brincarem livres pelas ruas com outras crianças da mesma idade, ou de frequentarem as escolas nas faixas etárias que lhes são mais

convenientes, essas crianças esperam com ansiedade a oportunidade da realização de qualquer "bico", seja " catando algodão ou chocalhando amendoim". Nesses momentos não só contribuem para a melhora momentânea das condições de alimentação do grupo familiar, como têm a possibilidade de se livrar daquelas obrigações estabelecidas pelas mães.

Referindo-se ao desempenho das crianças maiores na criação dos menores, uma trabalhadora dizia:

"... Eles cuida direitinho. Essa (a filha de 1 ano e 3 meses) ficava com uma mulher, não dava certo, ficava com outra não dava certo, naquela vida triste, não dava certo, não tinha jeito. Peguei, larguei a menina com esse, esse que criou ela, que acabou de de criá, esse aqui. Agora essa aqui, já o outro menino foi ele também que criou, depois de 5 meses ele tomou conta dela. Ele cuida bem, cuida melhor do que eu, ele cuida tanto, com ele, ela come muito bem e comigo não."

Vale ressaltar que o tempo necessário para maiores cuidados com as crianças pequenas não ultrapassa o período que vai do nascimento aos 2 anos de idade. Quando a criança começa a andar e falar, presume-se que já sabe se defender, "já não morre de fome e de sede".

Apesar das frequentes suspeitas em relação aos cuidados oferecidos pelas "mulheres que olham", essas são mais requisitadas que as creches. Não só pelo descompasso existente entre o horário de funcionamento das creches e o horário de trabalho das mães, como também porque com as crecheiras as mães podem fazer alguns arranjos no período em que as crianças deverão ser cuidadas. Dessa forma, muitas mulheres saem bem cedo, por volta das 5:30 horas e deixam as crianças dormindo, devendo ser buscadas assim que acordam ou, dependendo da idade, se dirigirem sozinhas até a casa das responsáveis.

As mulheres que têm crianças pequenas que ficam sob o cuidado de outras pessoas que moram distantes, impossibilitando o deslocamento das crianças sozinhas, vêm-se obrigadas a tirá-las dormindo de suas camas, embrulhando-as em panos ou cobertores e levando-as até as casas onde irão ficar durante todo o dia.

A solidariedade das trabalhadoras mais velhas, que têm crianças que já ficam sozinhas, é reforçada todas as manhãs, quando outras companheiras de trabalho passam no meio da madrugada com crianças dormindo ou chorando:

"coitada daquela ali tira as crianças com esse frio da cama; às vezes arruma até doença, tomá esse ar frio ! Eu não gosto nem de lembrar quando fazia isso com as minhas crianças..."

Outra trabalhadora mais idosa, hoje com 79 anos, lembra do que fazia:

"... Todo dia era aquela tristeza. Era chuva, frio. Eu carregava as criança. Todo dia eu pegava o litro de leite, a sacola de roupa, a rede, a cesta com as coisas que eles iam comer, punha na cabeça, o menino pequeno no colo e eu dava a mão pro outro. De tanto frio que tava, e o leite tão quente, que eu nem percebia a quentura do leite e o braço ficava tudo vermelho. Eu sofri bastante, pelo amor de Deus"

Deixar as crianças sozinhas em casa para restringir os gastos, traz profundas mágoas às mães que, tendo que trabalhar, permanecem durante as suas atividades em estado de tensão constante. Não é só o medo de acidentes no transcorrer do processo produtivo, nas longas viagens e caminhões visivelmente inadequados para o transporte. É também o medo de não saber como vão encontrar os filhos que ficaram sozinhos. Os depoimentos das trabalhadoras traduzem o ressentimento proveniente das suas ausências prolongadas do convívio com os filhos.

Só para citar alguns:

"... Um dia, quando eu ia chegando da roça, a turma ia perguntando pra mim:

- Cadê o seu menino que ficou internado ?

E eu na roça. Que uma vez o menino machucou o dedo, o primo deu uma marretada no dedo dele. Então eu vinha da roça e não sabia e já as vizinha, que elas são muito boa, cataram o moleque e já levaram pro hospital, quando eu cheguei é que soube da notícia. Eu ia trabalhá e as vizinha levava ele quando tinha que

fazê curativo. Ainda hoje ele tem o dedinho torto assim..."

"... Esse menino aqui, o Tião, foi em 83, em 82, tacou um caco de pedra na cabeça do outro menor, fez um rasgo na cabeça. Quando eu cheguei da roça já estava em Sertãozinho*..."

Na hora que ele cortou aqui (mostra a cabeça) ele saiu gritando aqui fora, foi pro lado da prefeitura, chegou lá vinha vindo uma vizinha na ambulância, parou a ambulância e apanhou ele. Quando eu cheguei do serviço ele já tava no hospital..."

Realizamos algumas entrevistas no ponto do caminho, ouvimos outro comentário sobre um acidente ocorrido com uma criança enquanto a mãe estava trabalhando:

* Sertãozinho é um município maior, que fica a 20 quilômetros de Barrinha.

M.1. - Diz que a menina de Si
mone, se queimou ontem.

M.2. - Aonde ?

M.1. - Em casa, com gasolina.

M.3. - E ela se queimou muito ?

M.1. - Diz que das pernas pra
baixo ela queimou tudo.

M.2. - Hoje então ela nem vai
trabalhar, coitada !

As trabalhadoras lembram que antigamente - isso por volta de 1981 / 1982 - os empreiteiros permitiam a ida das crianças junto com as mães para o trabalho. No entanto, aquelas relataram que aconteciam vários acidentes com as crianças, no local de trabalho. Permanecendo o dia inteiro na roça e sem ter o que fazer, elas acabavam dormindo no meio de algum mato, onde tivesse sombra e por diversas vezes crianças foram acidentadas por tratores, picadas por insetos venenosos, etc.

Atualmente a ida de crianças é terminantemente proibida, restando para as mães, como única saída, deixá-las sozinhas em casa ou colocá-las sob cuidados de terceiros.

2 - OS CUIDADOS COM A CASA

Não só o cuidado com as crianças demanda o serviço de outras mulheres por parte das mães-trabalhadoras. Se a renda conjunta do grupo doméstico é superior aos gastos é possível encontrarmos trabalhadoras que "ajeitam" outras mulheres, seja para a limpeza de suas casas, seja para lavar as roupas. Porém esta situação "privilegiada" é extremamente rara. As mulheres que se dispõem a realizar estas tarefas, fazem-nas ao final do dia, após o retorno às suas casas. São frequentemente outras trabalhadoras que conseguem realizar suas tarefas de casa e, além das suas, fazem aquelas de outras mulheres.

A utilização, mesmo em pequena proporção, do serviço de outras mulheres explica-se pelo fato das trabalhadoras encontrarem pouca participação dos membros da família principalmente adultos, nos afazeres domésticos. Mesmo quando encontram, aquelas atividades mais desprestigiadas como lavar roupas e cozinhar permanecem sob suas responsabilidades.**

* Pela ordem de prioridades assume o 1º lugar aquelas contas que não podem ser proteladas: água, luz, aluguel. Os pagamentos de prestações são frequentemente pagos com algum atraso. A comida dificilmente é paga fora dos prazos estipulados; isso no caso de não terem sido compradas a vista.

** Michelle Ferrand, fazendo releitura de uma pesquisa sobre

Existe, mesmo entre as trabalhadoras, certo acanhamento em tornar público a colaboração de seus companheiros nos afazeres domésticos. Uma trabalhadora, após vários contatos e sentindo-se mais à vontade, reconheceu que seu marido a ajudava e que "parecia mulher" fazendo junto com ela, no final do dia ou durante a noite, todo o serviço doméstico.

"a vivência da paternidade" a partir das histórias de vida de pais, constata que mesmo os casais (de outro setor social) onde existe maior partilha do trabalho doméstico, os pais têm tendências a selecionar suas atividades preferidas, deixando para as mães as restantes. Segundo ela "este tipo de prática acaba, de fato, por reintroduzir uma seleção sexuada entre as tarefas domésticas, dentro das tarefas qualificadas (acordar, jogos, o contato e o aprendizado) e tarefas não qualificadas (manutenção, alimentação e higiene)."

Vale ressaltar que este estudo, realizado com pais de outra camada social, não se adequa à realidade dos assalariados rurais; porém, pudemos observar que algumas atividades são frequentemente rejeitadas pelos homens: troca de fraldas das crianças, lavar roupas, vestir e pentear. Cozinhar só às vezes, nos finais de semana ou em caso de doença da mulher.

"...O Cido, precisa ver, parece mulher, faz tudo que eu faço, só não lava roupa, porque ele diz que o tanque fica exposto e as outras mulheres podem comentar, assim zombar dele; mas o resto ele faz que dá gosto ! Ninguém diz que foi um homem que fez."

É pouco frequente esta divisão dos trabalhos domésticos, tornando para as mulheres as madrugadas e as noites acumuladas de atividades.

As noites dessas trabalhadoras são curtas. Acordam em torno de 3:30 às 4:00 horas, após uma média de 5 horas de sono. Em um espaço de duas horas, fazem a comida que deverá ser levada ao campo acondicionada em caldeirão, deixando o restante para as crianças ou outras pessoas que irão permanecer em casa. A seguir, acabam de lavar a roupa que foi preparada na noite anterior e limpam a casa.

A incerteza sobre a volta para a casa, fortalecida não só pelos constantes acidentes durante a viagem, mas também pelos ferimentos ocorridos no processo de trabalho *

* Uma trabalhadora contou-nos que estava entrando no 8º mês de gravidez e após sucessivas idas ao médico da usina no intuito de conseguir afastamento, continuava a trabalhar pois o mesmo considerou desnecessária a licença.

é a explicação que as trabalhadoras dão para o fato de deixarem suas casas "em ordem". Acompanhamos por algumas vezes o amanhecer dessas mulheres, desde o preparar alimentos, lavar roupas, arrumar a casa e percebemos que as camas, quando as crianças saem no mesmo horário que as mães, já ficam prontas para serem ocupadas no final do dia.

Num dia de trabalho, quando a turma de trabalhadores estava "carpindo colônia", ela começou a sentir fortes contrações, procurou o fiscal e ele se negou a levá-la à cidade para ser atendida. Ela continuou na roça e afastou-se da turma; tentando controlar a contração, agachou-se e teve o filho ali mesmo. Aflita e envergonhada, enrolou o bebê em panos e o colocou dentro da sacola, onde carregava o caldeirão. Segundo ela, a criança estava morta. Não teve coragem de contar a ninguém o ocorrido e procurou o médico quando retornou à cidade, no final da tarde, com o bebê morto.

Colônia são moitas de uma espécie de capim que para serem retiradas é necessário o uso da enxada e o despêndio de muita força muscular. É comum os trabalhadores se machucarem com este capim, pois as folhas são extremamente ásperas e duras, chegando inclusive a furar os calçados de tecidos (conga) atingindo os pés.

Preocupadas com o possível não retorno elas dizem:

"... Eu deixo tudo arrumado ,
não sabe como é que volta, de
repente você fica doente lá
na roça."

E outra:

"... Sabe, a gente tem muito
medo de não voltar com saúde
pra casa. Ainda com criança
pequena, se a gente falta, como
é que fica ? Assim, quando eu
saio cedinho, já deixo tudo no
jeito, pelo menos facilita um
pouco..."

Retornando às suas casas no final da tarde, durante a entressafra, ou já à noite, durante a safra, essas mulheres enfrentam, continuamente, todas aquelas possibilidades: os acidentes, a fome das crianças menores, os maltratos. Além disso, as trabalhadoras são responsáveis pela administração do pouco que se ganha, mesmo aquelas que não são chefes de família. É frequente os maridos/pais, após o recebimento de seus

salários, entregarem para as mulheres o montante destinado aos gastos da família. Primeiramente eles pagam as dívidas, principalmente aquelas dos bares, que incluem, cigarro, eventualmente algum doce e refrigerante para as crianças e o que sobrou entra no orçamento doméstico*.

Saber o que se vai comer, em que quantidade e com que frequência é tarefa exclusiva das mulheres. É a administração da miséria.

Uma trabalhadora, após um dia de trabalho, preocupada com a alimentação do dia seguinte, vasculhava armários, latas vazias e desanimada desabafava:

"...Tem vez que é meia-noite, uma hora, tem vez que eu faço o café, sento nessas cadeiras e fico pensando: o que vou fazer? A gente fica tentando inventar, mas fazê o quê? Agora você vê, cê tem que quebrá a cabeça né? Ali você tem que dividi, você pega um

* Apesar da bebida ter um peso significativo dentro dos gastos domésticos, são raros os casos em que tal vício consome todo salário do trabalhador.

dinheiro você tem que dividi,
tem que tá dividindo: pra uma
coisa, pra outra, o dinheiro
que vai ficã em casa com as
crianças, prá lápis, um cadern
no, você vê, você tem que di
vidi tudo... e quando não dá?"

3 - O TRABALHO ALTERNATIVO

O aumento da renda familiar se viabiliza freqüentemente pela realização de outras atividades que ocupam finais de tarde e parte das noites. Entrevistamos diversas mulheres trabalhadoras que "arrumavam tempo" para costurar para fora, fazer tapetes de retalhos, lavar roupas de outras famílias ou de outros homens que viviam sem mulheres como o caso dos migrantes, fazer panos de prato com pinturas, enfeites de crochê, sacolas de sacos plásticos de leite vazios, vender produtos cosméticos, peças do vestuário feminino, panelas, etc.

Todas essas atividades se tornaram possíveis, não só pelas possibilidades de comercialização nos locais de trabalho, mas também porque o espaço social dessas mulheres se amplia a partir do momento em que estão inseridas no assalariamento.

Apesar de Barrinha ser um município de 15.000 habitantes, o contato que não seja com pessoas da vizinhança é raro, dada a extensão do dia de trabalho. Porém, a permanente chegada, de novos trabalhadores nos ônibus e caminhões vai permitindo o conhecimento de outras pessoas e a ampliação das referências de cada um. Além disso, a área a ser trabalhada aglomera trabalhadores de pontos diferentes da cidade e de municípios diversos. Também é possível contatos, se não prolongados, pelo menos superficiais, durante os intervalos.

Utilizando esses contatos sociais, nas relações de trabalho e nas relações que estabelecem por conta de suas habilidades tipicamente femininas, as trabalhadoras desco

brem novas formas de aumentar a renda familiar.

Vale salientar que fazer trabalhos manuais, além de garantir "algum dinheirinho" tem outra significação para as mulheres. É um momento, pequeno, em que elas fazem aquilo que gostam e admiram. E se além de gostar elas se sentem com habilidade suficiente para exercitar aqueles trabalhos, estes são sempre bem sucedidos.

Uma trabalhadora que se considerava a chefe da família, pois o marido "só fazia pra beber" e levava seus dois filhos maiores para o trabalho da cana, deixando os três menores em casa sozinhos, conseguia fazer à noite panos de prato que se destinavam a ser vendidos às suas colegas de trabalho, e também a ser usados em sua própria casa. Sempre que sobrava algum dinheiro comprava tintas, linhas e sacos necessários para os panos de pratos:

"... Nas horas vagas, quando eu posso e eu tenho dinheiro prá comprá uma tinta, eu compro uma tinta. Gosto de escolher cores bem lindas; pra mim é um prazer. Também a gente sempre ganha um dinheirinho, né? Porque um pouquinho que a gente ganha já ajuda. Eu gosto! Eu adoro! Pra mim é uma distração. Agora eu não tô fazendo, já faz dois mês

que eu tô sem dinheiro pra comprá o saco, prá comprá a tinta, que tá tudo caro, né ? Então tô parada. Às vezes eu chego de noite, eu tenho vontade de pegá as pinturas prá fazer,mas não tenho com quê ! Tá tudo caro demais; eu já vendi uma porção mas não recebi ainda, mas quando você recebe tem que cobri outra parte que falta dentro de casa , assim, você não pode comprá o que precisa..."

É, portanto , possível afirmar que o exercício da criatividade, pintando, tecendo e costurando se torna muitas vezes válvula de escape para o enfrentamento das dificuldades sucessivas

Dentre as estratégias vivenciadas pelas mesmas , o emprego doméstico representa outra possibilidade de sobrevivência.

Assim como na maioria dos trabalhos realizados na roça, o emprego doméstico é frequentemente destituído de qualquer vínculo trabalhista. A maior parte da procura por trabalho doméstico se dá no período de entressafra da cana, quando escasseiam as oportunidades de atividades ligadas ao campo. As possibilidades mais frequentes neste período do ano, co

mo "catar algodão" e "chocalhar amendoim", podem ser interrompidas ou atrasadas se as condições climáticas não forem propícias para a colheita das duas culturas. As chuvas nesta época do ano, costumam se estender por dias seguidos, deixando aquelas que se envolvem nestas atividades desprovidas de qualquer remuneração. A deteriorização das condições de vida dos trabalhadores neste período do ano é visivelmente maior que em outros períodos. Se não existe dentro do grupo familiar nenhum membro que esteja em outra atividade, seja na própria cidade *, ou seja nas cidades vizinhas, ou mesmo que tenha contrato de entressafra com as usinas, a escassez doméstica atinge seu limite: a fome.

A opção encontrada por muitas mulheres nestes momentos críticos, é a saída diária em direção aos municípios maiores à procura de qualquer trabalho **. O baixo nível de escolaridade e a pouca qualificação excluem-nas das melhores ofertas de trabalho existentes no mercado, deixando-lhes como alternativa o emprego doméstico.

Importante ressaltar que as poucas ofertas de serviço doméstico no próprio município se destinam às meninas de 12 ou 13 anos que se submetem a realizar todas as tarefas da casa por uma remuneração que não atinge frequentemente 1/3 do sa

* A situação chega a ser tão crítica na entressafra que algumas vezes o prefeito do município chega a abrir frentes de trabalho para absorver parte dos homens desempregados.

** Esta perambulação das mulheres neste período do ano é um dos fatores que contribui ainda mais para a baixa participação das mulheres no movimento sindical. Retomaremos esta observação no capítulo IV.

lário mínimo. As casas que utilizam serviços domésticos pertencem aos pequenos comerciantes, professores e alguns funcionários públicos.

A ocupação de doméstica também tem caráter provisório. Não encontramos nenhuma trabalhadora que optou por este trabalho em detrimento daquele que realizam na roça. Apesar de o rejeitarem e o considerarem um trabalho impróprio para as mulheres, assim que se aproxima a safra e novas oportunidades surgem, elas frequentemente abandonam o emprego doméstico.

Diversas são as causas dessa predileção, dentre elas:

- enquanto domésticas, consideram-se muito mais discriminadas que como bóias-frias. Segundo seus depoimentos:

"... na roça é tudo igual, todo mundo sujo, todo mundo tá ali comendo quase a mesma coisa; todo mundo se junta assim no chão...

Já com as patroas é diferente, a gente se sente muito escravizada..."

- Como a maioria daquelas trabalhadoras que saem para outros municípios são mães, responsáveis por suas casas, filhos, etc, o emprego doméstico é repetitivo de tudo aquilo que realizam em suas casas, acumulam tarefas distintas e consecutivas: cozinhar, lavar, passar, cuidar de crianças.

"... quando a gente trabalha na roça tem mais vantagem, chega em casa, cansada é verdade, mas pelo menos ganhou o dia fazendo um serviço só..."

A provisoriedade do emprego doméstico não permite um mínimo sequer de qualificação e assim nos momentos críticos em que a única alternativa é a realização desta ocupação, as oportunidades encontradas nos meios urbanos maiores são aquelas oferecidas pelas camadas médias e que utilizam uma só empregada para várias tarefas. As camadas altas, que comumente absorvem 2, 3 ou mais empregadas para tarefas específicas, fazem exigências para o preenchimento de ocupações, que excluem as trabalhadoras desqualificadas. Dessa forma, aquelas que se qualificam em determinadas atividades, assumindo a ocupação de cozinheiras, copeiras e lavadeiras são concorrentes fortes daquelas que temporariamente exercem a ocupação de doméstica. As mais qualificadas normalmente residem no próprio município onde trabalham.

Estando envolvidas no emprego doméstico, o dia de trabalho se estende em torno de 12 horas. Dada a distância a ser percorrida diariamente de ônibus e aos horários estabelecidos pelas empresas de transporte privadas, o retorno às suas casas dificilmente se dará antes das 19:00 horas. Durante este período, as trabalhadoras utilizam os serviços tanto das creches, em menor número, como "daquelas que cuidam".

Apesar de reconhecerem as regalias do traba-

lho doméstico, quando comem comida de qualidade superior àquela consumida em suas próprias casas, quando estabelecem relação social distinta daquela estabelecida no trabalho da roça, quando as patroas "quebram galhos", doam roupas usadas, dificilmente descontam dias em que faltaram etc , o serviço doméstico, mesmo que temporariamente, para a maioria delas significa diminuição de seu prestígio social*.

Durante a pesquisa, percebemos que existia em algumas mulheres um certo tom de auto-valorização quando diziam que também trabalhavam na roça. Com relação ao emprego doméstico, existia uma forte tendência de se envergonharem. É claro que tais observações fazem mais sentido entre as mulheres mais velhas, com filhos. As poucas entrevistadas com menos de 20 anos tinham vergonha de serem vistas em roupas de trabalho da roça e frequentemente se escondiam dentro dos caminhões quando os mesmos entravam nas cidades, no final do dia.

A rejeição ao trabalho da roça, abordada em quase todas as entrevistas, deve-se mais ao fato de que para realizá-lo, a mulher se vê obrigada a abrir mão de valores e cuidados, principalmente referentes à casa e aos filhos, do que ao próprio trabalho , a sua sujeira, o seu ritmo acelerado, etc.

* Saffioti, em estudo citado, aborda a relutância daquelas que são empregadas domésticas em fazerem registro em carteira: "Sabe-se que muitas empregadas, as que têm pretensão de passar a desempenhar outro tipo de ocupação, encaram a ocupação de doméstica como verdadeiro estigma, recusando o registro na medida em que ele perpetuaria a marca social". Op. cit. pg. 69/70.

As entrevistas retratam a indignação das trabalhadoras que sentem o abandono de seus filhos e impotência em solucionar tal sentimento:

"...que mulher pode trabalhá assim sabendo que os filho estão sozinhos, sofrendo...?"

E mais:

"... é até desaforo, a gente tê os filho e logo voltá pra roça sem nunca podê curtí eles..."

4 - OUTRAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO FAMILIAR

Se nos detivermos nas trajetórias de vida destas mulheres, verificaremos que no passado, mesmo quando idealizado, estavam submetidas a relações de trabalho não muito menos desgastantes e expropriadoras:

"... Então, a gente sempre vieu assim, um dia come bem, outro dia já não pode comê, um dia dorme bem, outro dia já não pode dormí, e vão tocando assim. Quando a gente vê falá' assim, na minha terra eu fiz tal coisa... da minha terra eu trouxe dinheiro, eu trouxe riqueza. É mentira ! Não trouxe nada..."

A diferença entre o desgaste vivenciado no passado e no presente parece estar na maior instabilidade relativa deste. A ameaça da desintegração da família é uma constante com a qual essas trabalhadoras têm de lidar.

O alcoolismo, freqüente entre os homens, não era significativo entre as mulheres e aquelas (poucas) que bebiam mais assiduamente não o faziam fora de suas casas * embora

* Para os homens, diferentemente, o momento de lazer se en

tivessem atitudes semelhantes às dos homens que, embriagados, revidavam a raiva nos filhos e mulheres. Uma trabalhadora, após um dia fatigante de trabalho, resolveu beber um pouco para aliviar o cansaço, excedeu-se e, revoltada com sua situação de pobreza, queria por fim em tudo, fechar-se em seu barraco com os filhos e colocar fogo. Foi impedida por uma vizinha.

É necessário enfatizar que a violência aflorada pelo uso da bebida, entre as mulheres, se reduz a poucos casos

contra nos bares, na roda de amigos, na bebida. Foram poucas as mulheres que disseram ou percebemos que bebiam na mesma intensidade que os homens. Para algumas a bebida diária era uma forma de esquecer o sofrimento, para outras era uma forma inclusive de se permitir alguns prazeres. Uma trabalhadora, mãe solteira de 2 filhos e esperando o 3º nos disse: "sabe, eu tô grávida outra vez, pra varia foi porque eu tinha tomado uns gole a mais. Comigo é assim, eu só me entrego a um homem se eu estiver bêbada, caso contrário eu não consigo ter intimidade com homem nenhum. Já conversei com o médico e ele disse que é algum trauma de infância, eu não sei."

Todas as mulheres que bebiam todos os dias e que chegavam a cair pelas ruas eram sozinhas, sem marido, e diziam que mesmo assim, bebendo tanto, nunca perdiam dia de trabalho.

(3) encontrados no processo de pesquisa. A maioria das mulheres bebe pouco, talvez até por inibição e receio de adquirirem má reputação e de tornarem-se difamadas.

Os conflitos familiares têm, em grande quantidade, origem na bebida ingerida pelos homens, sendo por vezes, a causadora de dissoluções de casamentos. Tais separações deterioram ainda mais as condições de vida das pessoas, pelo fato de que a sobrevivência se torna mais garantida quando existe maior cooperação dos membros do grupo familiar, através da junção de todos os salários recebidos. A saída de um membro pode comprometer a sobrevivência dos outros que permanecem.

A cooperação dos membros da família é, portanto, vital*. E quanto maior o número de pessoas em condições de trabalhar, maiores são as chances de reprodução social da família assalariada.

Um fato que chama atenção nestas famílias é a presença em grande número de crianças que são incorporadas, seja através da adoção legal, seja através de combinações entre parentes que abrem mão de um filho em troca da garantia de seus estudos, seja em solidariedade a algum amigo ou conhecido que se encontra desempregado, sem condições para manter seus familiares. Nestes casos, a saída de uma criança pode facilitar a sobrevivência dos outros.

As famílias que adotam esperam também, em algu

* Stolcke, Verena. Cafeicultura - homens, mulheres e Capital (1850/1980) faz referência a essa importância da cooperação familiar imprescindível quando os trabalhadores tornam-se assalariados.

ma medida, retribuição a seus atos. É esperado que o novo membro, assim que for possível, ingresse no mercado de trabalho e juntamente com os outros dê a sua contribuição. Mesmo nos casos em que a mãe cede seu filho para que um parente lhe propicie estudos (primeiro grau), é comum que esta criança permaneça por muito mais tempo do que aquele necessário ao período escolar, retribuindo com remuneração proveniente de serviços realizados principalmente no assalariamento temporário.

No entanto estas adoções, mesmo provisórias, podem trazer conflitos para as famílias gerando, inclusive, algumas desagregações familiares *. É interessante observar

* Conhecemos uma trabalhadora que trouxe para sua casa uma menina de 12 anos, que vivia de casa em casa, sem ter onde morar. A mãe havia se mudado e doixado a filha com os avós, que logo a recusaram, pois não tinham condições de criá-la. Essa trabalhadora tinha informações de que a menina era como a mãe, assim, da vida", mesmo assim não desistiu de mantê-la sob seus cuidados.

Após alguns meses, esta trabalhadora pegou em flagrante seu marido com a menina. Este disse que não havia acontecido nada e a menina disse que ele vinha tentando seduzí-la há muito tempo. A trabalhadora, que já sabia de outros antecedentes do marido, colocou-o para fora de casa. Alguns filhos acompanharam-no, pois achavam que a mãe havia sido severa demais com o pai.

Por alguns meses, permaneceram nesta casas somente esta trabalhadora e a menina, trabalhando juntas na

que a iniciativa de se incorporar novos membros à família é frequentemente tomada pelas mulheres. São elas que mais se solidarizam com as precárias condições de outras famílias, são elas que estabelecem os acertos, a qualidade da vinculação e são elas que assumem a responsabilidade sobre as crianças.

Tanto as famílias grandes quanto as pequenas exercem a prática da adoção. Conhecemos uma trabalhadora que havia abandonado o marido e que além de seus 11 filhos, havia adotado uma criança com apenas dois meses de idade. Como entre os filhos haviam aqueles que já estavam trabalhando e conseguiam manter a família, esta trabalhadora se afastou do serviço da roça por quase um ano, para cuidar da nova criança. Assim que a menina começou a andar, ela retornou ao trabalho e os filhos que ficavam em casa cuidavam da criança.

Se a existência de muitos filhos aptos ao trabalho propicia maiores possibilidades de sobrevivência do grupo, propicia, por outro lado, o aumento de gastos com cerimônias consideradas importantes culturalmente. É o caso dos casamentos, que por mais singelos que sejam, pressupõem um mínimo de gastos inviáveis dentro do orçamento doméstico tão estreito. A estratégia adotada pelos filhos, com o consentimento implícito

mesma turma. Aos poucos, a mãe convenceu os filhos sobre o abuso do pai, praticado contra a menina que, segundo ela era "... uma coitadinha, que não tinha mãe e todos, por isso se aproveitava dela..."

Atualmente, os filhos menores estão com a mãe e o pai permanece com outra filha mais velha.

to dos pais da noiva e explícito dos pais dos noivos, é a fuga dos dois. Chama a atenção a quantidade de ligações conjugais que se concretizam com a saída da filha da casa de seus pais, refugiando-se na casa dos pais do noivo. Após a fuga, considera-se consumado o casamento, que muitas vezes irá se oficializar somente durante o batizado do primeiro filho. Aliás, a realização do batizado só é possível após a benção dada pelo padre aos pais da criança, na mesma cerimônia religiosa.

Fugindo, o casal de noivos se desvencilha de qualquer compromisso perante amigos, parentes, vizinhos em oferecer uma festa aos possíveis convidados, e não onera o orçamento familiar com gastos em trajés especiais, enxoval, etc. A permanência do casal junto aos pais permite alguma economia e logo que se torna viável, mantém sua própria casa.

Enfim, todo esse universo faz parte do mundo dos afazeres domésticos que as assalariadas rurais enfrentam no seu dia-a-dia. As múltiplas estratégias adotadas por elas visam garantir a sobrevivência do grupo familiar, sendo desempenhadas em no máximo 6 horas, que é o tempo que permanecem em casa.

No entanto, o acúmulo de atividades, tanto no espaço doméstico quanto no espaço da produção, propicia a essas mulheres uma vivência diferenciada seja da dos homens, seja da de outras etapas de suas próprias vidas. Para enfrentar o desafio da reprodução familiar, elas são levadas a extrapolar o espaço da própria família, assalariando-se e ampliando o mundo do trabalho doméstico. Neste esforço, constroem uma rede de relações que podem ampliar suas possibilidades de maior autonomia, conforme se verá nos capítulos que se seguem.

CAPÍTULO III

AS ASSALARIADAS RURAIS: CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO
DE UMA NOVA IDENTIDADE SOCIAL

"...E uma mulher que trabalha assim, direto na roça e na casa dela, se for ver na ponta do lápis, no final de um ano ela trabalhou dois anos!"

Constituintes de um mesmo grupo doméstico e da mesma classe social, mulheres, homens e crianças vivenciam diferentemente o processo de mudança que os transforma indiscriminadamente em mão-se-obra assalariada.

Para os homens, o assalariamento não só suprimiu parte da autonomia sobre o trabalho, pois enquanto colonos, meeiros, pequenos proprietários, sitiantes ou arrendatários tinham outras possibilidades de manutenção de suas famílias (cultivando alguns produtos, criando animais) como também comprometeu-lhes o papel de provedores da família. Isto se deve ao fato de que o acesso ao trabalho é sempre incerto e insuficiente para garantir a manutenção do grupo doméstico. Além da incerteza do trabalho, a reprodução social da família tornou-se mais dispendiosa, a partir do momento em que o local de moradia passou a ser o meio urbano.

Morando nas cidades e vivendo dos baixos salá-

rios auferidos através do trabalho intermitente realizado no meio rural, a sobrevivência familiar está constantemente ameaçada. Todos são necessariamente incorporados ao processo produtivo, como forma de garantir a manutenção do grupo.

A capacidade de sustentação familiar tradicionalmente desempenhada pelos homens torna-se inviável e aparece nos depoimentos das mulheres, a propósito da necessidade de se assalariarem:

"... Vamos fazê o quê? A gente que trabalhã pra ... pôdê se livrá."

"... Mas eu achava assim que o marido tinha de ganhar bastante, pra mulher ficar em casa. Porque eu tenho 6 filhos. O homem tinha que ganhá um pouco mais pra substituí , pra mulher ficá em casa. Se eu pudesse ficá em casa, era meu prazer ficá em casa só cuidando dos meus filho...."

Os homens, por sua vez, vivenciam esse processo com sentimento de perda. De um lado, a perda da condição

de protetor da família, da dignidade masculina tal como definida pelos papéis tradicionais. De outro lado, a perda da autoridade, do poder de decidir sobre a participação do grupo familiar no trabalho. A absorção indiscriminada de todos os membros da família em locais de trabalho e turmas distintas questiona essa autoridade masculina *.

Para as crianças que desde muito cedo são obrigadas a se responsabilizar pelas tarefas anteriormente realizadas por mulheres, suas mães, o assalariamento inevitável dos seus pais determina o desempenho de afazeres domésticos, sem levar em conta o critério sexual. A existência de filhos com certa idade é condição suficiente para garantir a permanência da mãe nas atividades temporárias.

A escolarização das crianças, almejada pelos pais, é muitas vezes protelada, e mesmo interrompida, sendo substituída pelos afazeres domésticos. Recriando entre as trabalhadoras uma velha e conhecida frustração:

"... A gente andava léguas, prá chegá até a escola, a gente andava nas ruas entre o cafezal e ia de bastante criança. Andava uma hora e meia a pé, você pensa que naquele tempo se usava calçado? Era descalço e blusa de saco de farinha, que era blusa de frio.

Depois minha mãe me tirou da

* Stolke, Verena. Op. Cit.

escola prá cuidá dos irmãos e do sobrinho pequeno que veio morar com a gente. Me tirou, mas eu chorei tanto..."

Atualmente, morando nas cidades, a escola fica muitas vezes no próprio quarteirão, no mesmo bairro, mas a evasão das escolas se dá pelos mesmos motivos. Isto é, pela necessidade da contribuição de cada membro da família para a manutenção do grupo doméstico. Apenas, agora, em bases que redefinem os antigos padrões de socialização dos papéis sexuais.

É importante revelar a natureza dessa "organização familiar corporada"* onde as crianças são requisitadas incessantemente para cooperarem da maneira como lhes é possível, independente de suas características sexuais, favorecendo em certa medida a descaracterização das socializações familiares tradicionais, que desde muito cedo designam papéis sexuais diferentes para meninos e meninas.** Na situação ora analisada, é bastante frequente a incorporação das cri

* Stolcke, Verena, Op. Cit. pg. 386

** Vários estudos sobre as mulheres resgatam o papel fundamental da socialização vivenciada diferentemente por homens e mulheres. A socialização, exercida quase que exclusivamente pelas mulheres, no âmbito da família, reproduz papéis sexuais que outorgam aos homens maiores possibilidades de crescerem mais independentes, mais con-

anças no desempenho de afazeres domésticos, independentemente de serem do sexo feminino ou masculino, principalmente no que tange aos cuidados com as crianças menores que ainda "não sabem se virar".

A análise das transformações vivenciadas pelas mulheres, nesse processo de mudanças de padrões de organização de vida, decorrente da necessidade de se assalariarem, é bastante complexa. Especialmente para as migrantes do campo, que compõem a maioria das mulheres do grupo investigado, e para as quais o cotidiano passa a assumir dinâmica que contém ritmo, temporalidade e saberes bastantes distintos daqueles anteriormente vividos.

Além das adversidades encontradas no espaço de moradia, com vizinhos desconhecidos, poucos ou nenhum parente por perto, etc, os migrantes recém chegados sofrem ainda com aquilo que Lúcio Kowarick chamou "perda de propriedade cognitiva", no sentido de que os conhecimentos adquiridos para o trabalho rural nem sempre lhes servem para o trabalho que passam a realizar. Mesmo para as mulheres que assumem a ocupação de empregadas domésticas, ocupação esta que, aparentemente, reproduz os seus afazeres em suas próprias casas, faz-se necessária uma adequação de suas possibilidades e novo aprendizado, principalmente no que se refere a hábitos domésticos e

fiantes, mais aptos a viverem no mundo público. Para a mulher ao contrário, reforça-se a necessidade de viver mais intensamente a docilidade, o mundo privado, a casa. Ver, por exemplo, Chadorow em "Psicanálise da maternidade".

ao domínio de eletrodomésticos até então desconhecidos.

Enquanto parte integrante das populações residentes em outro espaço social, o meio rural, a participação na reprodução da família não estava destituída de obrigações que extrapolassem o universo doméstico. Noronha, em "De Camponesa a Madame" * faz um estudo detalhado sobre a maneira pela qual a mulher se inseria na produção familiar onde, juntamente com o marido e filhos, participava da agricultura. Sob o sistema de colonato, a mulher se responsabilizava pelo cultivo da roça de subsistência e era também responsável por parte do número de pés de café destinados ao homem **. Neste sentido, aparentemente não há diferença entre o passado camponês e o presente de assalariamento dessas mulheres. O trabalho "na roça" é algo que começa desde muito cedo e tende a se prolongar, conforme depoimento de uma entrevistada:

"... Ah! Eu trabalho desde pequena, desde os 8 anos . Antes eu trabalhava pra ajudá o pai, junto com a mãe e meus irmão. Hoje eu trabalho pra ajudá o marido..."

No entanto, a rotina da pequena produção fami-

* Noronha, Maria Olinda. De camponesa a madame. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica. São Paulo .

** Stolcke, Verena, Op. Cit. pg. 353.

liar, do colonato, permitia à mulher uma maior autonomia sobre a distribuição do seu tempo. Sobretudo no tocante à combinação das atividades domésticas com a "lida no roçado". A manutenção da casa era feita logo pela manhã e em seguida se dirigia para o trabalho "na roça" levando consigo a refeição daqueles que já estavam desde cedo na labuta. O retorno às suas casas era determinado pelo grupo doméstico e em função da urgência tanto daquilo que era necessário na esfera da casa quanto na esfera da produção.

Na situação de assalariamento, as mulheres necessitam fazer nova adequação na distribuição de suas atividades. O novo ritmo imposto pelo trabalho assalariado permeia as tarefas realizadas nas suas casas. A temporalidade referente a cada atividade é determinada para além de seu domínio, mesmo sobre aquelas atividades estritamente domésticas. Assim, o adestramento ora necessário pressupõe, de um lado, o aprendizado de um serviço completamente desconhecido, como o corte de cana, e, de outro, da reordenação das exigências domésticas, como a guarda das crianças, o cuidado com a roupa e o planejamento da alimentação da família.

Aparentemente, tanto os homens como as mulheres passam a ter menor poder de decisão sobre suas vidas. As regras do trabalho assalariado redefinem os padrões da própria vida doméstica e parecem determinar-lhes o próprio ritmo da vida cotidiana.

Na pesquisa realizada, entretanto, a observação em profundidade do dia-a-dia dessas trabalhadoras permitiu evidenciar a emergência crescente, embora ainda bastante frágil, de práticas sociais ou comportamentos questionadores das relações dominantes na situação de assalariamento estu-

dada. Essas práticas ou comportamentos parecem apontar para a constituição de um novo sujeito social - a mulher - no mundo duro e masculino do trabalho assalariado temporário na agricultura.

Os dados que apontam esta hipótese são encontrados muitas vezes nas entrelinhas, nas conversas informais e nos momentos de desabafo, possíveis somente a partir do estabelecimento da relação afetiva que frequentemente extrapola a condição de pesquisador. O contacto muito próximo que, mesmo terminada a pesquisa, continuamos a manter com essas trabalhadoras tem permitido ver que o referido questionamento se faz através de três tendências principais e convergentes: a apropriação feminina do espaço de trabalho, a contestação dos mecanismos de controle do trabalho e a recriação da autonomia feminina na situação do assalariamento.

1 - A APROPRIAÇÃO FEMININA DO ESPAÇO DE TRABALHO

A dureza das condições de trabalho assalariado temporário na agricultura tem sido bastante estudada e denunciada. De um lado, o caráter desgastante do trabalho em si mesmo, comprometendo a saúde e o tempo de vida dos trabalhadores. De outro lado, o caráter atrasado das relações de produção, configurando um quadro de superexploração da força-de-trabalho empregada no processo produtivo *. A simples leitura das pautas de reivindicações apresentadas pelas lideranças sindicais da região de Ribeirão Preto nas negociações coletivas dos últimos anos** evidenciam essa superexploração: além das habituais reivindicações salariais, essas pautas reúnem reivindicações de direitos trabalhistas mínimos, de proteção contra acidentes de trabalho e de condições mínimas de controle da produção sobre a qual é calculado o ganho dos trabalhadores. As estatísticas sobre acidentes de trabalho indicam a lentidão com a qual essas demandas dos trabalhadores são atendidas e as condições árduas em que o trabalho continua se realizando.

* D'Incao, Maria Conceição. Qual é a questão do bôia-fria.

** As pautas de reivindicação e, principalmente, as conquistas dos trabalhadores assalariados temporários tem passado por significativas melhoras, desde a primeira greve que ocorreu, no ano de 1984.

Essa dureza é conhecida e denunciada no discurso dos trabalhadores, conforme pode ser verificado em um de seus depoimentos:

"...A gente quando morava no sítio, a gente via falá dos pau-de-arara, que eles ficava dependurado no caminhão, mas a gente nunca tinha visto, lá pro nosso lado não tinha isso não..."

Tendo que se assalariar, ou ingressar na categoria que elas frequentemente denominavam de "coitados dos pau-de-arara", as mulheres observadas tomam uma série de cuidados no sentido de evitar os riscos da mutilação física e da exaustão de sua capacidade de trabalho. Mais do que isso, no sentido de preservar a própria feminilidade.

Já durante as primeiras horas da manhã, quando as trabalhadoras se dirigem aos "pontos" percebe-se o extremo cuidado que as mesmas dispõem na ordenação das vestimentas mais propícias ao trabalho. É comum a sobreposição de diversas peças de roupa confeccionadas exclusivamente para a realização do corte de cana ou para outras tarefas. Assim as mulheres quando sabem antecipadamente qual a tarefa a ser realizada, vestem roupas mais adequadas à mesma, o que permite não só maior proteção como também melhor desempenho.

Além disso, ou seja, dos maiores cuidados que visam a proteção e o desempenho, existe a preocupação em se a presentarem limpas e enfeitadas, mesmo sabendo que a tarefa daquele dia se restringe ao corte de cana queimada. Os homens em contrapartida, tomam poucos cuidados no sentido de resguardarem seus corpos. Entre os trabalhadores migrantes temporários estes cuidados praticamente inexistem, sendo possível en contrarmos alguns que se dirigem aos campos descalços e sem nenhuma proteção.

O colorido da vestimenta feminina contrasta com a escuridão interna dos caminhões fechados. Quando a viagem é longa, algumas mulheres utilizam o trajeto para a feitura de trabalhos manuais como o crochê, tapetes de retalhos de tecidos e, quando outras se mostram interessadas em aprender, aquelas que detêm maior prática transmitem às outras seus conhecimentos.

Chegando ao local de trabalho, é hora de substituir algumas peças de roupas por outras mais resistentes, onde se percebe também os cuidados com a harmonia das cores. É comum as mulheres, no período que antecede a safra, comprarem tecidos suficientes para a confecção do avental de pregas e para cobrir o chapéu, iniciando o período do corte de cana com "roupa nova". Além deste cuidado em preparar as roupas para o trabalho, utilizam uma cesta feita de latas, bem fechada, que impede a entrada de poeira e chuva, e mantém os alimentos limpos. Preparar-se para o trabalho, por sua vez, compreende um ritual de cuidados consecutivos que inclui comer um pouco, amolar o podão (na safra) ou a enxada (na entressafra) e enrolar as mãos ("fazer a boneca"), para aque-

las que não receberam ou não se acertaram com as luvas.

Até 1984 , as usinas e/ou empreiteiros não forneciam nenhum instrumento de trabalho, o que onerava ainda mais a trabalhadora. Com as greves e suas conquistas os empregadores se comprometeram a fornecer tais instrumentos. Porém, ainda na safra de 1991, iniciada em maio, as trabalhadoras continuavam reclamando dos gastos que têm com a compra de lima, podão, luvas, etc. Isso porque a maior parte dos empreiteiros e usinas fornecem por safra somente uma luva de couro, uma lima, um podão e uma caneleira que são insuficientes, pois não resistem a um mês de trabalho.

Os homens raramente usam luvas e nunca enrolam as mãos. Quando perguntávamos sobre o motivo de usarem luvas ou as "bonecas", todas as mulheres respondiam que tais procedimentos eram no sentido de proteger as mãos e não deixá-las ficar escuras e grossas, o que impediria inclusive o manuseio de trabalhos artesanais como tricô, crochê, pintura em tecido, costura, etc.

Muitas mulheres levavam durante a entressafra (quando contratadas pelas usinas e pagas por diárias) trabalhos manuais que eram feitos durante o tempo que dispunham para o descanso. Alguns destes trabalhos eram encomendas feitas por outras trabalhadoras, que pagavam quando recebiam o salário quinzenal.

Nos períodos de safra, quando se ganha por produção, quanto menor o intervalo, maior o "ganho". Isto torna mais difícil a feitura daqueles trabalhos manuais, já que as mãos estão constantemente enroladas. Enrolar e desenrolar as mãos demanda tempo e é comum as mulhe-

res desenrolarem somente uma mão, para segurar a colher durante as refeições, possibilitando um retorno mais rápido ao corte da cana.

Nesses momentos em que é possível produzir e ganhar mais, entretanto, também se verifica entre as mulheres uma preocupação no sentido de não se deixarem desgastar ou explorar excessivamente. Apesar de existirem diferenças no desempenho do trabalho, as trabalhadoras identificam um nível razoável de esforço que não deveria estar nem acima nem abaixo do que entendiam como "aquilo que é direito", ou seja, que corresponde ao salário possível. Sabem que a diferença de salário não é proporcional ao esforço realizado.

As mulheres que ultrapassam esse limite são frequentemente cobradas pelas outras. Sempre num tom bem humorado, preocupadas em preservar o laço de solidariedade que marca suas relações de trabalho:

"Quando eu tinha conta prá pagá e não tinha de onde tirá o dinheiro, chegava na roça e só parava prá comê quando não dava mais. Todo mundo vinha tirá "sarro": Oh! Carlita até parece que você tá querendo ficá rica!..."

Nos períodos de safra, portanto, esse maior

esforço de desempenho decorrente da necessidade de cobrir despesas contraídas seja com alimentação, vestuário, farmácia, ou compra de algum eletrodoméstico, é mais frequente entre as trabalhadoras. Neste período, algumas chegam a quase dobrar a média produzida, superando as expectativas de todas as outras colegas de trabalho. Durante o dia na roça, aquelas mulheres que se apresentavam em trajés mais sujos eram apontadas como "um bom podão" ou seja, aquelas que cortam muita cana e que são ágeis. Para que isso aconteça é necessário "abraçar" feixes de cana queimada a ser cortada de uma só vez, o que geralmente suja não só a roupa como também o rosto e o chapéu. Nesses casos, no final do dia, a roupa suja de cima é retirada e o retorno às suas casas é sempre com vestimentas nas quais não transparece a rudeza do trabalho realizado durante todo o dia.

Essas diferenças de produtividade acabam sendo aceitas pelo grupo. Terminada a safra, essas mulheres se reencontram, dispostas a enfrentar solidárias as regras dos trabalhos da entressafra; contra estas, constroem suas próprias regras e seus códigos de transmissão às mulheres que são novas nos grupos. A percepção desses códigos e dessas regras só é possível através da observação diária e continuada nos espaços de trabalho.

2) A CONTESTAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTROLE DO TRABALHO

As diferentes formas de pagamento na safra, quando os trabalhadores ganham por produção e, na entressafra, quando ganham por "diária", contribui para que os fiscais da área agrícola (que muitas vezes são os próprios em-preiteiros) exerçam maior controle sobre a qualidade do trabalho no período "da parada", quando as tarefas estão voltadas para o plantio e manutenção dos canaviais.

Porém, as trabalhadoras utilizam de diversas maneiras para burlar o excessivo controle. Assim como em um acordo "entre damas" revesam-se em insistentes conversas diárias com os fiscais, onde uma trabalhadora introduz um assunto e outra, no dia seguinte, recupera algumas dicas da conversa anterior permitindo que o restante das mulheres conversem, brinquem e até durmam no trabalho, fora dos horários permitidos.

O fato dessas mulheres encontrarem aqueles mecanismos para prolongarem as horas de descanso durante o dia de trabalho, não significa que outras mulheres de outras turmas utilizem destes ou de outros motivos para distrair o fiscal. Verificamos em algumas turmas, que o poder do fiscal em determinar o que, quando e como fazer pode gerar insatisfações generalizadas entre os trabalhadores sem que os mesmos encontrem formas de burlar as ordens daquele. Esta constatação se reforça ainda mais quando o fiscal é de outro município e não tem nenhum vínculo com os trabalhadores, seja de vizinhança, de companherismo, o que permite abrir ainda mais o distanciamento entre trabalhadores e "aqueles que estão a

mando do patrão".

Entre as trabalhadoras que, mesmo sendo mais obedientes às ordens, mesmo cumprindo mais detalhadamente as tarefas, usam comumente sinais que lhes permitem maior movimentação e até suspensão das atividades quando o fiscal distan-cia-se. Qualquer movimento que indica o seu retorno é imé-diatamente prenunciada por aquelas que se encarregam de controlar os passos do fiscal. Para isso usam sinais e ruídos diferenciados que têm cada qual um sentido específico. Assim quando o fiscal precisa se retirar e diz para onde vai a alguma trabalhadora, esta se incumbem de avisar às restantes sobre o momento de sua saída e de sua volta, quando o mesmo é avistado, permitindo que todas assumem suas tarefas e, portanto, não sejam pegas paradas. Muitas vezes, provocam sons através das limas e enxadas que significam que o fiscal está se aproximando do local onde outras mulheres se encontram deitadas, conversando, fumando fora do horário estipulado para o descanso.

Vale novamente ressaltar, que tais procedimentos, verificam-se nos períodos em que as trabalhadoras têm o pagamento realizado através de diárias, o que ocorre principalmente na entressafra da cana-de-açúcar. Nos períodos de safra o excessivo controle dos fiscais permanece, só que no sentido de exigir que as trabalhadoras sigam as determinações dos patrões. Essas exigências, dizem respeito à maneira como se joga a cana que deve ser amontoada, à forma pela qual se retíra o "ponteiro", que não pode ser cortado individualmente mas sim, um feixe de cana por vez. Exige-se também que os trabalhadores não deixem as palhas juntos às canas. Enfim, tanto na cana como nas culturas do algodão e amendoim o

controle do trabalho visa sempre a qualidade do produto e a diminuição dos custos de produção.

No entanto, mesmo estando presente constantemente nos locais de trabalho as exigências do fiscal só eram seguidas à risca quando ele estava perto de alguma trabalhadora. Caso contrário, deixam as palhas sob as canas cortadas, cobrem de terra os matos que deveriam ser carpidos, umidecem o algodão para obtenção de maior peso, etc.

Tais procedimentos, entretanto, não assumem proporção que implique em sensíveis perdas da qualidade do trabalho. As trabalhadoras que usam aqueles recursos estão cõscias de que a identificação por parte do fiscal do mau desempenho das tarefas pode ser a justificativa para a dispensa do trabalho * . Além disso, percebe-se também que, dependendo da relação estabelecida com o fiscal, o mesmo chega a passar por despercebido se tem algum interesse pessoal pela trabalhadora, chegando em alguns casos a protegê-la, marcando no talão valores superiores àqueles que elas produziram. Percebendo este interesse, as mulheres se aproveitam da situação, pois sabem que dificilmente serão dispensadas. Porém, nem sempre as mulheres aceitam esta proteção intencionada, seja porque são casadas ou mesmo porque rejeitam este tipo de atitude que muitas ve

* Outras, na maioria mais idosas, também temem a represália do fiscal mas não se utilizam daqueles recursos pelo fato de trazerem consigo uma ética do trabalho muito rígida que não permite "enrolar" e como elas dizem:
 "... já que sai de casa prá ganhá o dia, vamo fazê como eles qué.."

zes ultrapassa limites impostos pelas próprias mulheres.

A utilização de poder do fiscal sobre as trabalhadoras forçando encontros durante o dia de trabalho, ocasiona atitudes extremas, quando a mulher não corresponde ao seu interesse. Nestes casos é frequente a perseguição que se sucede não só a ela, mas também a outros membros de sua família que estão na mesma turma de trabalho. Uma trabalhadora que não se interessou pelas propostas feitas pelo fiscal, que era casado, denunciou suas atitudes não só aos colegas de trabalho como também à sua esposa. O resultado foi sua demissão sem justificativa, do pai e irmão que trabalhavam no mesmo caminhão.

Outras investidas de fiscais e empreiteiros resultam em situações mais complicadas: adolescentes grávidas, mulheres espancadas pelos maridos que duvidam de seu não envolvimento com o pretendente, etc.

As mulheres que sentem-se atraídas pelas propostas e envolvem-se no relacionamento o que comumente resulta em favorecimentos no rendimento do trabalho, são com frequência hostilizadas pelas restantes que condenam os agrados, sentindo-se desmoralizadas e agredidas pela relação de conivência entre fiscal e trabalhadoras numa mesma turma.

3 - A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA FEMININA NA SITUAÇÃO DE ASSALARIAMENTO

Vimos que as mulheres assalariadas começam a esboçar, sob a forma ainda de resistência, mecanismos de contestação à dureza das regras definidas no processo produtivo a que estão submetidas. Trata-se de uma forma de resistência silenciosa que se configura na recusa em obedecer as exigências patronais quanto à qualidade do trabalho, no cuidado em manterem a vaidade, protegendo as mãos, os cabelos, o rosto, enfim o seu corpo, nos ruídos combinados que avisam a aproximação do fiscal etc.

Mais significativo, entretanto, do que essas práticas de resistência parecem ser as mudanças vivenciadas por essas trabalhadoras no processo de adaptação de seus papéis tradicionais femininos às novas regras e aos novos valores do sistema social ao qual passam, enquanto assalariadas da agricultura, a pertencer.

É inegável a sobrecarga de trabalho que as mulheres passam a suportar em consequência de sua inserção no assalariamento. Elas são as primeiras a se levantarem (" nós somos madrugadeiras") e as últimas a se recolherem no final de um dia que acumula uma infinidade de tarefas.

A substituição do contrato familiar pelo assalariamento individual temporário se dá nesta região * via

* Neide Miele, em sua análise sobre a incorporação da mão-de-obra feminina pela agro-indústria canavieira paraibana

processo de proletarização indiscriminada de todos os membros do grupo doméstico, que passam a residir nas pequenas e médias cidades. Não só muda o espaço de moradia como muda também o espaço de trabalho e essa mudança é mais significativa para as mulheres. A inserção dos homens no assalariamento se dá frequentemente em momento anterior ao da mulher. Esta prática, visualizada entre os migrantes de regiões distantes, pode ser parte de uma estratégia de reprodução da unidade familiar camponesa *; que periodicamente faz migrar os homens do grupo doméstico, permanecendo as mulheres com a responsabilidade sobre tudo que ficou para trás: a casa, a mulher, os filhos, o roçado **

faz referência ao pagamento que permanece não individualizado, às mulheres e filhos que participam das atividades da produção canavieira. As mesmas continuam tendo função de complementariedade ao salário do homem - marido e/ou pai. Essa é uma característica encontrada entre os moradores que ainda permanecem com os seus roçados dentro da propriedade agrícola e só temporariamente se assalariam. Da pequena a grande produção: O trabalho da mulher canavieira. Mimeo.

* Grybovsky, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.

** Uma pesquisa que vem sendo desenvolvida por alunos do curso de pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais relata alguns dados preliminares que demonstram as consequências das ausências prolongadas dos homens que saem de algumas cidades do Vale do Jequitinhonha (MG) em direção à zona canavieira de São Paulo e que retornam para as festas do final de ano. Os homens são esperados

Como diz uma trabalhadora que recentemente migrou juntamente com os outros membros da família:

"...Olha, fazia anos que ele (o homem da casa) vinha prá cá. Vinha lá pro mês de abril, maio e voltava pro Natal. Não, um pouco antes. Ele vinha seguido e eu ficava sozinha e Deus com as criança tudo pequena. Eu plantava feijão, assim, o que ia plantã. aquele ano e colhia quase que tudo sozinha.

Às vezes, vinha uns parente ajudã. Mas não deu pra continuã; a gente passa falta de tudo e ainda sozinha é muito difícil. Aí nós viemo junto ..."

com . euforia não só pela saudade decorrente da longa ausência, como também porque eles retornam com o "acerto" de fim de safra que proporciona algumas regalias e a realização de pequenos projetos familiares (compra de algum eletrodoméstico, roupas, calçados, pintura na casa, etc...). Chama a atenção também o número de jovens que engravidam neste período.

Para muitas mulheres a saída de suas regiões pode representar o seu primeiro contato com a vida urbana; o acesso aos meios de transporte, água encanada, luz elétrica, o supermercado, a televisão, a novela * . Apesar de extremamente precários, os serviços oferecidos pelas cidades-dormitórios, estes, são visivelmente superiores àqueles do município de origem que muitas vezes estão distantes do local de moradia, não permitindo contatos permanentes. E, dentro do grupo doméstico é o homem que vai fazer compras, que utiliza a far-

* Numa conversa informal, uma trabalhadora nordestina conta va o caminho percorrido pela família até chegar em Barri- nha. Foram dias de viagem, intercalada com ônibus, trem, dormidas em bancos de praça, frio, fome e finalmente che- garam ao seu destino. Isto se deu durante o mês de abril e todos haviam criado a expectativa de que no final do a- no, no Natal, pelo menos 2 retornariam para comemorar es- sas festas com os familiares que ficaram no Nordeste. A sa- fra terminou e somente 2 membros do grupo familiar conse- guiram fazer o acerto que foi insuficiente para cobrir os gastos daquele mês. O resultado foi a frustração da viagem que não pode ser realizada. Por algum motivo essa traba- lhadora precisou ir em seguida a Ribeirão Preto na época em que todas as lojas estavam enfeitadas para os festejos de Natal, ficando seduzida com todas aquelas luzes que a- cendiam e apagavam, fez o seguinte comentário:

"... Sabe, eu queria muito tê- ido vê os parente:, mas não deu e eu fiquei triste, uma tristeza danada. Mas quan- do eu vi aquilo tudo (as luzes) eu até me esqueci da tris-

mácia, o atendimento farmacêutico, etc.

Migrando, as mulheres passam a ter elas próprias aqueles contatos que só os homens tinham. Como na maioria das vezes é o homem que primeiro consegue trabalho, ela vê se obrigada a rapidamente assumir obrigações que estavam sob os encargos dos homens - maridos, pais ou filhos mais velhos. São as contas a serem pagas nos bancos, as compras de mantimentos nos supermercados, a vaga a ser barganhada nas escolas públicas para as crianças, enfim, ela começa a se capacitar a partir das novas demandas domésticas oriundas do novo lugar de moradia.

É de fundamental importância o papel que assumem outras mulheres neste processo de adaptação por que pas sam principalmente as recém -chegadas. Inicialmente os parentes que já se encontravam no município exercem a função de dar as boas vindas e tornar os primeiros meses menos dolorosos. A seguir são outras mulheres que favorecem a nova socialização.

Como o assalariamento, inevitável, nem sempre é esperado pelas mulheres, elas necessitam também se capacitar para exercer as atividades no novo espaço de trabalho. Nes te processo de capacitação outras mulheres também participam seja ensinando as tarefas, seja providenciando as novas ferramentas, a roupa*. As mulheres que contribuem neste ensinamento

teza. Era lindo demais !..."

* Uma trabalhadora sindicalista que hoje está com 33 anos relata a sua trajetória revelando a importância das outras companheiras de trabalho:

"... Nós trabalhava numa plantação de tomate, perto de Cam

são aquelas que migraram anteriormente, e que, portanto, sabem das dificuldades encontradas no novo espaço social ; são também mulheres que migraram de regiões próximas e quando ainda eram pequenas mas que vivenciaram através de suas mães a importância de repassar os conhecimentos adquiridos.

Neste sentido, amplia-se o espaço social das mulheres que passa a incluir novas relações sociais tanto em função do novo local de moradia, como do novo local de trabalho. Mais. O novo espaço social faz com que ela comece a se desvencilhar da profunda dependência em relação aos homens. Como diz uma trabalhadora:

"... A gente tem que se virá!"

pinas, isso depois que meu pai vendeu uma terrinha que tinha em Minas. Trabalhava ali a família inteira, nas terras do japonês. A gente levantava às 3 horas para encaixar os tomates . Eu era a mais velha, tinha 12 anos.

Depois fugi com o filho do japonês, voltei, casei e logo depois a gente se separou. Eu já tinha um muleque de um ano e pouco e fui obrigada a trabalhar, ir cortar cana.

Ajeitei uma turma e logo que eu cheguei no caminhão uma colega falou:

Você vai assim ?

Eu não entendi; de tarde elas foram em casa, me ensinaram a amarrar o chapéu, enrolar as mãos, porque neste dia , precisava ver , eu machuquei tudinho o rosto. Eu não sabia do que precisava..."

A procura do trabalho remunerado, antes privilégio masculino, pressupõe a incorporação, pelas próprias mulheres, de conhecimentos dos canais de acesso às ofertas de emprego. Através de membros da família e/ou outras mulheres estabelece-se uma rede de informações preciosas sobre o teor e a qualidade das alternativas vigentes. Dificilmente os homens - pai/marido - interferem na escolha da turma e local de trabalho realizada pelas mulheres.

Nos momentos de entressafra quando as oportunidades de trabalho ligado às atividades agrícolas se tornam raras, grupos de mulheres se dirigem aos municípios maiores à procura, em geral, de emprego doméstico. As mais experientes transmitem as dicas às outras iniciantes, inclusive no que diz respeito as preferências patronais quanto à raça, idade, qualidades que interferem no interesse dos empregadores em potencial. Durante a safra de 1989, cinco trabalhadoras que não conseguiram trabalho na cana, decidiram procurar "o que fazer" em Ribeirão Preto e aí passaram todo o dia com recortes de ofertas de trabalho retiradas dos jornais e alguns aparentemente lhes interessavam. Quando chegaram à porta de um hotel que estava necessitando de faxineira, uma delas que já havia passado pela experiência comentou:

"...Olha Cida (que é negra) aqui você nem precisa entrá; eles não gosta de preto. Da outra vez que eu vim eles falou claro: gente de cor, nós não pega pro serviço..."

A solidariedade entre as trabalhadoras não é suscitada somente nos períodos de maiores dificuldades, e nos momentos de escassez de oportunidades de trabalho. Ela está presente no aprendizado necessário a ser adquirido no novo espaço de moradia, e permeia o conhecimento a ser socializado de forma didática, quando se repassa etapas sucessivas de caminhos a serem percorridos à procura de escola para as crianças, na identificação da rede de serviços públicos de saúde, nas melhores (mais baratas) compras de alimentos, etc.

Poderíamos supor que, na medida em que as mulheres vão sendo excluídas do mercado de trabalho, essa solidariedade fosse se atenuando, pelo fato de existir uma luta crucial pela sobrevivência onde cada um tenta "se ajeitar" buscando formas variadas de soluções para melhorar o nível das condições de vida. No entanto, entre as mulheres, foi possível identificarmos contínua manifestação de solidariedade inclusive quando uma trabalhadora "menos necessitada" cedia seu emprego a outra "mais necessitada".

A existência da solidariedade feminina permeando o cotidiano das relações sociais contribuem sobremaneira para a construção da nova identidade das mulheres concretizada no novo espaço de vida. Ora, enquanto mulheres trabalhadoras residentes nas cidades, o consumo doméstico necessita ter maior controle, racionalidade. Buscar atendimento médico exige destreza, dada a inoperância do sistema público de atendimento. Procurar trabalho demanda conhecimento não só dos empregadores, mas das suas exigências. Enfim, os papéis tradicionais femininos são necessariamente remodelados e readaptados no novo espaço social. A vivência destes novos papéis, propicia um crescimento que pode contribuir para um processo de

construção da autonomia das mulheres em relação aos homens.

CAPÍTULO IV

AS ASSALARIADAS RURAIS: DA IDENTIDADE SOCIAL À IDENTIDADE POLÍTICA

Não obstante o trabalho assalariado ser socialmente construído como parte inerente ao mundo masculino, ele imprime à identidade feminina uma outra dimensão, configurando uma dupla identidade social às mulheres, que passam a ser mães donas de casa e trabalhadoras*.

Esta dupla identidade social é que, a nosso ver, delinea uma maneira específica de participação feminina na esfera da organização social. A análise dessa participação é, entretanto, bastante complexa. Sobretudo porque nela os velhos e os novos papéis femininos aparecem bastante imbricados, dificultando a percepção do que, nas mobilizações observadas, aponte para o maior encaminhamento das mulheres no âmbito da política propriamente dita. De qualquer maneira os avanços nesse sentido são evidentes. E este capítulo pretende reconstruir as mediações através das quais as mulheres assalariadas rurais vão iniciando o processo de auto-constituição em novos sujeitos do cenário político dos trabalhadores rurais.

* Stolcke, Verena. *Homens, Mulheres e Capitais (1850-1980)*. Op. Cit. Para a autora existe também para as mulheres a dupla identidade social que combina a condição de mãe e a de trabalhadora

1 - A REPRODUÇÃO DOS PAPÉIS SEXUAIS

Conforme procuramos demonstrar nos capítulos anteriores, a mulher, ao ingressar em novo espaço social, vivencia experiências que apontam no sentido da construção de sua autonomia. Experiências que ampliam sua rede de relações sociais para além do espaço doméstico propriamente dito e que a colocam em igualdade de condições com os homens nos seus papéis tradicionais de provedores da família. Além disso, adquire experiências de contestação dos mecanismos habituais de controle do trabalho.

Mas, conforme também procuramos demonstrar, essas experiências não introduzem alterações significativas dos papéis sexuais no que tange à redistribuição dos serviços realizados no âmbito da casa: as mulheres permanecem sobrecarregadas, combinando as tarefas da casa e o trabalho na roça. Nos dizeres de Stolke, os homens continuam a ser "vistos como os provedores, o sustento "material" das necessidades da família, as mulheres como dotadas por "natureza" de habilidades especiais para cuidar dos filhos e criá-los. As qualificações especiais das mulheres não são necessariamente incompatíveis com o trabalho assalariado fora de casa. Os homens, porém, dependem das mulheres para todos os serviços domésticos." *

Neste contexto, mesmo assumindo novas obrigações, a mulher não se vê livre das outras tarefas que ocupavam quase todo o seu dia. Apenas, o tempo destinado à sua realização se reduz a algumas horas, na maior parte das vezes

* Stolke, Verena. Op. Cit.

quando todos os outros familiares já recolheram ou ainda não levantaram. Isso torna o trabalho doméstico, além de extremamente exaustivo, invisível aos olhos daqueles que também se beneficiam do mesmo.

Essa sobrecarga, que se inicia com o inevitável assalariamento, imprime aos depoimentos das mulheres uma sensação de perda ou frustração com relação aos afazeres domésticos, anteriormente tidos como a sua contribuição principal. Como disse uma trabalhadora:

"...Trabalhá assim pra fora desgasta muito a mulher, porque a gente se vê obrigada a trabalhá em duas frentes. A gente não dá conta, dá, mas dá pela metade, aí cê faz comida pela metade, as roupas cê cuida pela metade, é assim.

Que nem, eu adorava costurá, agora já nem gosto de olhá para máquina. Ele (marido) diz até que vai vendê. Mas fazê o que menina de Deus ! Como é que eu vou ter prazer de costurá. A gente perde o amor à casa."

Esse tom de lamentação, associado aos muitos depoimentos que indicam a rejeição ao trabalho da roça pode levar à conclusão de que essas mulheres avançam lentamente na conquista de novos papéis sociais. E sugerem a interpretação contida na obra de Scott e Tilly * segundo o qual os indivíduos, mesmo submetidos a mudanças bruscas, utilizam-se de "velhos valores que coexistem e são usados pelo povo para adaptar-se a mudanças externas. Isso pressupõe que o povo percebe e age sobre as mudanças que experimenta apoiado nas próprias idéias e atitudes. Assim, seu comportamento é mais o efeito de velhas idéias operando num contexto novo, ou em mudança, do que produto de novas idéias..."

Desta forma, as modificações nas condições objetivas de um grupo social não implica transformação direta e mecânica de seus valores ideológicos e comportamentais. Essa conjunção de velhos valores e novos espaços de moradia e trabalho foi detalhadamente descrito por uma trabalhadora:

"...De um tempo pra cá a vida da mulher tá muito sacrificada; qual mulher que tra-

* J.W.Scott e L.A. Tilly, "Women's Work and the family in Nineteenth - Century Europe". In: Comparative Studies in Society and History. Nova Iorque, 17 (1) : 42, Jan. 1975, citado por Alvim, Zuleika in "Brava Gente! Os Italianos em São Paulo 1870-1920. Editora Brasiliense. pags. 74 e 75.

balha a semana inteira e só tem o domingo em casa pode vivê sossegada ?

Porque se fosse só a roça ainda dava pra levá,mas a gente tem as nossa obrigação.Eu tenho cinco filhos,se eu não olhá por eles quem é que vai olhá ?

... Uma mãe zelosa tem que trazê as suas obrigação em dia. O mais importante é a gente cumprí com os dever , andá honesta, ensiná a respeitá os velhos, os moços,as crianças.

A senhora vê, chega em casa, cuidá de criança, fazê comida, dá banho, lavá roupa de noite, porque de manhã não tem tempo, tudo isso né ?

Porque a roupa da criança nunca deve ficá suja,né ?Então tem que lavá. Lava de noite, não lava bem limpo, porque não deixa de molho , não toma sol, não toma nada. Tem tudo isso.

É sempre mais pior pro lado

da mulher.

Também a mulher é mais fraca que o homem em tudo, né ?

Assim, o povo tem modo de falá que a mulher é mais fraca num certo ponto, né ?

Porque toda pessoa que você vai conversá a mulher é mais fraca, né ? Os homens...

Pra senhora vê, se chega um moço aqui:

- Eu quero falá com teu marido.

Quer dizer que a mulher já não serve prá conversá o caso que ele qué resolvê, tem que ser ele, quer dizer, a mulher tá sempre atrás.

Essa reafirmação dos valores tradicionais da condição feminina está visivelmente relacionada à não redefinição dos papéis sexuais, que tem sua contrapartida na aceitação do trabalho assalariado como algo necessário, porém provisório. Algo que assegura a reprodução familiar, mas não suscita maiores questionamentos, nem mesmo as de cunho trabalhista. Apesar das frequentes queixas das trabalhadoras com relação à falta de direitos do emprego doméstico (que assume proporção significativa principalmente nos períodos de entressafra da cana) não observamos nenhuma atitude mesmo que indivi-

dual das mulheres em recorrerem aos órgãos públicos trabalhistas competentes para a reivindicação de direitos já garantidos na C.L.T. ou na Constituição como salário mínimo, férias, etc.

A julgar por essas primeiras observações, podemos ser levadas a concluir que a dupla identidade social das assalariadas rurais se realiza num quadro de ambiguidade. Por um lado elas se tornam mais autônomas, mas por outro reproduzem relações nas quais predomina a sua submissão, tanto ao nível do espaço de trabalho, como ao nível do espaço da casa, com filhos, marido. São os velhos valores que se perpetuam (permanecem) na nova situação social. Como disse uma trabalhadora:

"Aqui a gente leva uma vida meio cativa, a gente é escrava do marido e do patrão..."

2 - AS LUTAS POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

No entanto, essas mulheres têm-se organizado e lutado por melhores condições de vida e de trabalho. De maneira muitas vezes descontínuas, mas assumindo papéis de liderança e construindo valores novos sobre a importância de sua participação. De tal sorte que é possível pensar que ao lado da já mencionada construção da autonomia, da elaboração de um saber novo, engendrado pela condição de trabalhadora assalariada, das tantas formas de resistência ao trabalho, tantas maneiras de administração do pouco que se ganha, tanta relutância em se transformar em simples força de trabalho, tanto empenho para fazer os filhos estudarem porque desejam que estes "façam outra vida", e, enfim, dos diversos mecanismos de resistência às condições desumanas do trabalho, essas mulheres constroem, pouco a pouco, seus espaços de participação política.

Conforme afirma Avelar * , "o próprio conceito de participação política é complexo e, em geral, é definido a partir de um conjunto de ações dos cidadãos no exercício das reivindicações de seus direitos e no desempenho das responsabilidades cívicas. Contudo, os direitos civis políticos, embora constituam instrumentos dos grupos de menor poder na sociedade, são de fato limitados pelas próprias condições estruturais destes grupos."

No caso da mulher assalariada rural, a identificação dos fatores que emperram a sua participação política

* Avelar, Lúcia. O Segundo Eleitorado. 1989. Unicamp. pg. 85

propriamente dita são, num primeiro plano de análise, os mesmos que emperram o da maioria dos setores populares na sociedade brasileira: de um lado, a inexistência ou inadequação dos canais institucionais de participação e, de outro, a desinformação e a falta da consciência dos direitos de cidadania.

O pressuposto da presente análise, entretanto, é o de que o ingresso das mulheres em novo espaço social, de moradia e trabalho, e as conseqüentes modificações que isso cria em suas vidas, amplia suas possibilidades do aprendizado desses direitos e da construção ou ampliação dos canais de participação popular.

A observação das lutas empreendidas por essas trabalhadoras no período de duração da nossa pesquisa mostra que elas avançam nessa direção. Com dificuldades, mas avançam. E aí devem ser buscados os fatores que emperram, num só plano de análise, sua participação política. Eles estão vinculados às condições objetivas nas quais se define o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Isto é, nas condições de superexploração a que se vêm submetidas como trabalhadoras temporárias e sub empregadas, e nas condições de inexistência de serviços públicos com os quais possa dividir seu papel tradicional de matriz principal do processo de reprodução familiar. São essas condições que explicam também, a representação das trabalhadoras sobre o caráter provisório do assalariamento e sobre a maior importância dos afazeres domésticos; embora, não possa explicar sozinhas a permanência dos referidos valores e papéis sexuais tradicionais.

Nestas circunstâncias de relativa rejeição do assalariamento e de plena introjeção de seus papéis relativos à reprodução familiar, são evidentemente mais intensas e mais

contínuas as lutas das assalariadas rurais pelos direitos que vão de encontro às demandas ligadas ao mundo doméstico.

Diferentemente dos grandes centros urbanos, as relações sociais estabelecidas nas pequenas cidades observadas extrapolam a vizinhança, o bairro, penetrando as estruturas públicas, quando se conhece pessoalmente os funcionários, os diretores de escola, os diretores de hospital, o prefeito, a primeira dama, etc. No entanto, mesmo existindo essa proximidade, os confrontos com as autoridades públicas não perdem a característica de enfrentamento, onde de um lado permanece a população carente e de outro os que se elegeram e / ou se prestam a dar benefícios e/ou atendimento à comunidade. Esses confrontos são fontes de politização.

Eder Sader, assinala a forma particular de politização que se opera no movimento de clube de mães na luta por seu direitos, o que implica em confronto com as autoridades políticas: "Nas idas à prefeitura e nas discussões com os responsáveis sobre os serviços públicos que elas reivindicam, elas vão dessacralizando a razão estatal, vão percebendo os jogos de interesse privados por trás das pretensões públicas, vão aprendendo as relações de força que presidem as decisões administrativas e o uso que podem fazer da força de pressão que podem ter... *.

Assim como no movimento de clube de mães de São Paulo a que Eder Sader se refere, as manifestações que frequentemente ocorrem no Município de Barrinha são realiza-

* Sader, Eder. Quando Novos Personagens Entram Em Cena. OP. Cit. pg. 223.

das predominantemente por mulheres-mães. Em geral, estas manifestações resultam em contato direto com aqueles que são responsáveis por atender as demandas sociais e, nesse processo, as reivindicantes exigem o exercício da função social de cada integrante dos serviços públicos e aprendem a avaliar os subterfúgios que os mesmos podem utilizar para protelar a solução dos problemas apontados pelas mulheres.

Acompanhamos por diversas vezes, passeatas e idas ao gabinete do prefeito quando tentava-se buscar soluções para a falta de água, falta de policiamento nas escolas, falta de instalações salubres para as crianças do curso primário e falta de creches. Uma dessas idas que visava a melhor distribuição de água aos bairros periféricos, resultou em 5 novas reuniões com o prefeito, que, alegando não ser o responsável pela administração do fornecimento de água, marcava novo encontro contando com a presença do suposto responsável que insistia em não comparecer. A revolta que gerava entre as mulheres que desconheciam as entranhas da burocracia pública, contribuía em certa medida para o não esmorecimento das lutas que estavam sendo travadas.

Após a 4ª reunião e ainda sem nenhuma solução para o problema da água, as mulheres iniciaram uma coleta de assinaturas em todo o município que serviu não só para pressionar a prefeitura como também para sensibilização da população. Com este abaixo-assinado conseguiram novas adeptas e consequentemente o poder de pressão das mesmas aumentou. Durante a 5ª discussão com o prefeito já tinham em suas mãos um instrumento que depunha contra ele, na medida em que todos aqueles que endossavam o documento, estavam, em certa medida, repudiando a sua postura e seu descomprometimento com a população. Sentindo-se

pressionado e diante da inexistência de fundos que sanassem imediatamente o problema, tornou público o orçamento da prefeitura e todas puderam ter acesso à participação da discussão sobre possíveis formas de aumento de arrecadação municipal visando o melhoramento da rede de distribuição de água. Foi possível também agilizar a construção de uma caixa-d'água iniciada no início do seu governo e que estava há meses interrompida.

O precário funcionamento de algumas escolas, levou ao surgimento de lutas a serem travadas também na esfera pública municipal. A ocorrência de estupros de meninas no recinto escolar e a utilização pela prefeitura de um antigo depósito de supermercado como sala de aulas para as crianças do 1º grau, foram aos poucos gerando discussões isoladas entre algumas mães nas portas das escolas, culminando com uma enorme passeata onde as mulheres, as crianças e funcionários da escola diziam palavras de ordem, que traduziam o repúdio ao descomprometimento do prefeito com os problemas da comunidade.

Após a passeata que terminou na prefeitura, as manifestantes conseguiram conversar com o prefeito que se prontificou a pensar em uma solução e 2 semanas depois foi implantado o policiamento nas escolas e as crianças foram transferidas provisoriamente para outras unidades e aí permaneceram até o final da construção do prédio destinado a atendê-las. Pressionado, o prefeito priorizou a construção que estava há meses paralizada.

Nessas negociações as trabalhadoras aprendem também a ver e avaliar as trams eleitorais constituídas principalmente nos momentos eleitorais, quando os candidatos dispõem-se a resolver qualquer dificuldade das eleitoras.

Esta percepção sugeriu o seguinte comentário:

"...Quando S. (prefeito) estava caçando votos, ele entrava lá em casa, sentava na sala, tomava água, ia na cozinha, parecia mesmo um cara legal; ele falava sempre:
-Quando eu tiver na prefeitura a vida do trabalhador rural vai ser muito melhor!
Olha só, agora ele que tá fazendo pouco caso da gente!"

Essas lutas, bastante freqüentes, começam a ganhar certa continuidade através das associações de bairro que foram criadas a partir de 1989. A existência desses espaços voltados para a elaboração coletiva das "coisas concretas" *, das dificuldades encontradas no miserável espaço urbano, onde residem essas populações, contribue, em parte, para o encadeamento do processo de identificação dos problemas comuns, das injustiças de que são vítimas. Porém, é possível identificar um movimento espontâneo que foge ao controle dessas asso-

* Sader, Eder. Op. Cit.

ciações,mas em geral,estas canalizam para si,algumas daquelas manifestações, podendo, em alguns casas, ampliar a qualidade e o teor das reivindicações.

Muitas vezes,mulheres que não haviam vivenciado nenhuma situação parecida, se inserem em manifestações pontuais, encaram o prefeito, brigam por aquilo que consideram como um direito e posteriormente quando os desdobramentos são filtrados pelas associações, demandando maiores elaborações , discussões e conseqüentemente algumas horas por semana em reuniões,elas se afastam.

Cabe aqui ponderar o papel das associações no município referenciado. No caso, a Igreja foi uma das principais articuladoras na criação das mesmas, constituindo, inicialmente, como a única "força externa" fomentando a necessidade da organização dos movimentos. A ala progressista da Igreja atuante no município,através dos rituais tradicionais de transmissão dos princípios católicos foi, pouco a pouco , resgatando e pontuando as mobilizações e lutas por melhores condições de moradia e escola frequentes na cidade. Dessa forma, encadeou as manifestações abordadas inicialmente no espaço físico da Igreja, sugerindo a necessidade de criação das associações, que poderiam continuar utilizando o mesmo espaço para as reuniões mas que teriam uma "vida própria". Neste processo, e utilizando sua infra-estrutura organizou reuniões com representantes públicos e finalmente formalizou a 1ª associação de bairro do município.

É claro que houve uma imediata identificação da população (as mulheres eram maioria) e apreensão do que poderia fazer da associação. Neste sentido, reconheciam que o ca

minho possível para fazer pressão e avançar na aquisição de direitos poderia se dar através da organização nas associações.

No entanto, se por um lado as associações significam algum avanço na elevação do nível de organização das lutas travadas, por outro lado, podemos perceber que a forte presença da Igreja nas mesmas, reforça objetivos próprios e metodologia inadequada, fundamentados nos princípios religiosos cristãos. Neste caso, o objetivo é muito mais a auto-reprodução institucional da Igreja do que a organização da sociedade civil. Ou em outras palavras, a conquista de espaços de participação política.

Dentro destes objetivos, a exclusão de parcela significativa das manifestantes que "havam se convertido" * e participam de cultos religiosos não católicos, ocorre necessariamente. Isso acontece porque, parece existir um acordo implícito, onde as mulheres que são lideranças e detêm a coordenação das associações se encarregam também de assumir responsabilidades dentro da estrutura oficial da Igreja, como curso de catecismo, novenas, cursos de preparação para o batizado, casamento, etc. Depreende-se portanto, que se estabelece uma forte vinculação entre as associações e a Igreja Católica local.

Além disso, existe uma nítida disputa por li-

* É impressionante o número de igrejas pentecostais, protestantes, e outras no município que vêm absorvendo a clientela da Igreja Católica. Isso sugere a necessidade de maior averiguação sobre os motivos que levam os fiéis a se converterem a outras religiões.

deranças entre aqueles que se colocam dispostos a fortalecer a organização dos trabalhadores: a Igreja e o sindicato de assalariados rurais. Em alguns momentos faz-se necessário alianças políticas, mas em geral predomina o prestígio social daquele que consegue ser eficaz e se legitimar frente a população trabalhadora.

Objetivos próprios, metodologia inadequada e disputa de espaços políticos acabam por reproduzir uma participação limitada da população.

Dificultando esse processo de organização política das assalariadas rurais, deve ser registrado o caráter machista das instituições existentes, ou de seus representantes. Nos confrontos que surgem em decorrência das lutas travadas pela obtenção dos direitos, as participantes se deparam com autoridades públicas, em sua maioria masculinas, que geralmente desconhecem e desprestigiam a capacidade de negociação existente nas mulheres.

Como disse uma trabalhadora:

"Nós fomos em bastante mulher lá na prefeitura e ele (o prefeito) não queria recebê aquele mandarêu de mulher; ele queria que se tirasse um representante; mas como ? era tudo mulher; aí por fim ele aceitou que nós fosse em 8 mulher; mas no final entrou foi todas ela".

Após a reunião as trabalhadoras se reuniram informalmente na porta da prefeitura e reclamaram da objeção que o prefeito havia feito.

É verdade, entretanto, que nesses embates as mulheres adquirem habilidades. O que aparece, nos seus depoimentos, com um tom de satisfação como que indicando uma conquista. É frequente essa satisfação que surge após as "boas negociações" ser relembrada com euforia:

"...Cê precisava vê a cara do policial quando nós falou que aqui, era nós que mandava, que ele não ia entrá. Ele chamou nós tudo de biscaiteira, mulher do presidente (do sindicato), que o sindicato era zona de mulher à toa. Eu falei que era por isso que a mãe dele estava aqui (no sindicato). Aí ele quiz me agredir e falô que ele era autoridade e me mostrou as estrelas que ele tinha no uniforme. Aí a Loura falô que estrela só importa no céu; nós demo a mão, nós tudo, as mulher tudo na frente, na porta do sindicato; e ele pegou entrou na viatura e se mandô."

3 - AS LUTAS PELO DIREITO AO TRABALHO

A greve dos canavieiros ocorrida em maio de 1989 na Região de Ribeirão Preto ** trazia para o cenário das lutas um novo personagem: as mulheres trabalhadoras. Acompanhamos de perto as lutas empreendidas por elas em Barrinha e sabemos, através de dirigentes sindicais que, em outros municípios, a participação das mulheres nas greves foi também maior * .

A pergunta que todos que acompanhavam o movimento - parlamentares da oposição, jornalistas, representantes da Igreja, assessores sindicais e os sindicatos - faziam era: qual o motivo dessa participação tão expressiva das mulheres não detectada em outras greves? O fato era que, nas greves anteriores as trabalhadoras não haviam se inserido no movimento como naquele ano. Algumas mulheres que desde 1984 vinham se despontando como lideranças, assumindo inclusive cargos na direção sindical, foram paulatinamente se excluindo do cotidiano da vida sindical, retornando, parte delas, em 89 às lutas.

O que afinal, estava motivando tal envolvimento naquela greve?

Um argumento frequentemente utilizado pelos dirigentes sindicais para justificar a inexpressiva atuação das mulheres trabalhadoras nestes movimento baseia-se na sua condição feminina. Considera que, em sendo mães, elas têm seu tem

* Obtivemos informações sobre os municípios de Dobrada e Sertãozinho. Em 1990 pudemos verificar também a surpreendente a participação das mulheres na greve que ocorreu em junho no município de Santa Cruz das Palmeiras, onde, inclusive, não existe sindicato de empregados rurais. Porém, neste ano, o que motivou a greve foram os baixos salários.

po destinado aos cuidados da casa, quando não estão ocupadas com o trabalho no espaço produtivo.

Tal afirmativa não pode ser totalmente refutada, pois, a estenuante jornada das mulheres que acumulam os cuidados com a casa e o trabalho, não lhes permite quase nenhum tempo livre para ser dedicado ao espaço da organização. Entretanto, na greve observada, apesar daqueles afazeres as mulheres se tornaram presentes. Diferentemente dos dias normais de trabalho, acordaram mais cedo, participaram das atividades grevistas, retornaram às suas casas e no final do dia quando foram realizadas assembléias, estiveram também presentes.

Mesmo enfrentando situações extremamente tensas e inéditas para muitas mulheres, os piquetes foram, principalmente durante as mobilizações de 1989, marcadamente femininos. Os homens que se intimidavam a engrossar o "cordão feminino" que impediam a saída dos ônibus e caminhões eram ferrenhamente criticados pelas mulheres:

"... A gente ficava na frente e quando os caminhão vinha, vinha que vinha mesmo prá cima de nós, e dava até um frio só de pensar que eles não podia pará. A gente chamava uns colega que tava perto, mas acho que eles num tinha coragem.

...Sabe tem uns homens por

aí que nem merece a calça que usa ! Fala grosso mas na hora do pega-prá-capá é nós que ficô na frente..."

É interessante observar as características das participantes. A grande maioria das mulheres eram mães, e poucas estavam acompanhadas de seus maridos no momento dos piquetes * . Algumas que migraram recentemente, nunca haviam participado de nenhuma manifestação desse nível. Como disse uma trabalhadora:

"... Lá pros nosso lado (interior da Bahia), só faz greve é assim o pessoal dos bancos, a gente ouve falá. Eu nunca tinha visto uma greve antes. É a primeira vez que eu tô participando e tô achando muito importante isso daí.."

Outras, moradoras antigas do município, já haviam presenciado manifestações em anos anteriores, mas acompanhavam de longe, sem se envolverem diretamente:

* Ao contrário, as delegadas que participaram do III Con

"...Eu sempre achava que essas coisas era tudo besteira. Mas agora eu tô gostando de mais de tá participando. Eu já falei pro C. (presidente do sindicato) que no final do ano eu tô indo de muda prá Bahia, mas vô deixá um telefone com ele, pra toda greve que tivé ele ligá e eu venho ajudá..."

As poucas, mais experientes e já inseridas em uma militância sindical, tinham um depoimento mais elaborado, ou seja, reproduziam em seus discursos as vivências adquiridas

gresso da CUT (1 989) eram em sua maioria solteiras ou separadas e provavelmente sem ou com poucos filhos. Este perfil dos delegados/as foi publicado pela Central sob título "Retrato da CUT" e abordado por Maria Berenice Godinho in Gênero e Raça -Um Desafio Para o Sindicalismo dos Anos 90 - Revista Tempo e Presença - CEDI, nº 259.

Esta observação vem de encontro à idéia de que, a análise de participação política feminina deve levar em consideração os ciclos de vida da mulher que, em se tornando mãe, assume responsabilidades que a deixa mais presa ao mundo doméstico e conseqüentemente não disponíveis a participar de encontros, seminários fora do município.

em outras greves e a valorização da organização:

"...Eu tô achando tão bonito a maneira como as mulheres tão participando desta greve. Agora tá dando prá elas sentir o que eu sentia antes, que todo mundo me criticava e me chamava de mulher do presidente, e não era só os homens, era as mulher mesmo que fazia caveira minha.

... Agora, eu acho que uma coisa é importante, a gente precisa continuar junta, por que a greve acaba logo e se todo mundo vai pra suas casas e cruza os braços, ninguém consegue direito não.."

Entre essas mulheres mais experientes nas lutas por direitos ligados ao trabalho, as expectativas eram mais politizadas. A inserção era diferenciada não só porque tinham experiências de vida distintas mas também porque mantinham com a manifestação, expectativas variadas. O motivo comum que propiciou uma aglutinação das trabalhadoras era evidente: a exclusão acentuada do mercado de trabalho. Neste

sentido, para a grande maioria das manifestantes o que justificava "se jogar na luta" era o desemprego; para as poucas militantes era este fator, somado à necessidade de construir uma organização onde as mulheres estivessem presentes. Além desta diferenciação das expectativas das mulheres em relação à greve, existia também, uma distinção de envolvimento das mulheres e dos homens. Para estes, a greve significava, principalmente, uma recusa aos salários pagos. Para aquelas era a falta de emprego feminino.

Por último, existia ainda a necessidade da legitimação das direções sindicais filiados à recém-fundada Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) que naquele momento careciam de reconhecimento junto aos trabalhadores.

A greve que se inicia nos primeiros dias de maio contando com a participação expressiva das mulheres tem, portanto, uma ampla abrangência que congrega sujeitos sociais constituintes de uma mesma categoria social mas com interesses diferentes.

O fato é que a Nova Constituição havia sido promulgada em outubro de 1988 coincidindo com o final da safra de cana-de-açúcar quando todos os trabalhadores contratados para a safra estavam encerrando seus contratos de safristas e esperando o "acerto final". A entressafra foi marcada por uma sensível diminuição das ofertas de trabalho no espaço rural e as poucas alternativas encontradas pelas mulheres se concretizaram principalmente nas lavouras de algodão e amendoim. Não existia por parte das trabalhadoras muitas expectativas de trabalho na cultura da cana neste período, embora nos anos anteriores a agroindústria canavieira tivesse absorvido

quantidades superiores de mão-de-obra feminina. Este fato não passou despercebido pelas trabalhadoras que, já no final de 88, sabendo das exigências patronais frente à aprovação da Nova Constituição, algumas fizeram cirurgia de ligadura das trompas, aproveitando-se da campanha eleitoral e da oferta de cirurgias gratuitas por parte de alguns candidatos.

Acontece que, a safra se inicia em meados do mês de abril, e, a tão esperada contratação de safrista não ocorreu. Poucas foram as mulheres que conseguiram trabalho mesmo através de empreiteiros com contratações informais. As usinas começaram a exigir certificados de esterilidade das trabalhadoras, dificultando sobremaneira o acesso das mesmas ao vínculo com a empresa. Essa exigência patronal gerou insatisfação generalizada entre as mulheres. Pela primeira vez conseguiam desvelar a discriminação sexual que as excluía do processo de trabalho.

A recusa da mão-de-obra feminina que durou todo o período de entressafra e adentrou o período da safra de cana foi, a meu ver, a principal motivação das mulheres em participarem do movimento grevista.

Vale ressaltar, que a campanha salarial que se iniciou em fevereiro, já elucidava algumas reivindicações feitas inicialmente pelas mulheres do município de Barrinha. Na unificação da pauta que aconteceu em 16 de abril no município de Jaboticabal (contando com a participação de 24 sindicatos) aquelas reivindicações femininas foram aprovadas (porque a exclusão era evidenciada também em outras cidades) e passaram a engrossar o rol de reivindicações dos trabalhadores assalariados rurais dos sindicatos filiados à FERAESP (Federação dos

Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo).

A pauta de reivindicações do setor canavieiro 89/90 absorve três demandas femininas entre os 58 itens:

(1) "Fica assegurada à empregada rural gestante, a licença de 120 dias, por ocasião do parto, sem prejuízo da respectiva remuneração, facultado a ela a escolha do período e, com esta bilidade de até 120 dias após o término da licença legal."

(2) "Os empregadores rurais ficam obrigados a contratação de empregados rurais sa safra anterior, dando prioridade aqueles empregados residentes no município sede da empresa empregadora, sem limite de idade e sem qualquer discriminação de sexo."

(3) "Os empregadores rurais ficam obrigados a firmar convênios ou proceder a criação e manutenção de creches para abrigar os filhos de seus empregados, próximo ao local de moradia com horários de coincidentes com a jornada de trabalho."

Alguns comentários precisam ser tecidos com relação à reivindicação nº 2 , que faz referência à questão da discriminação sexual. O primeiro é que, na elaboração de pautas de reivindicações toma-se sempre a pauta do ano ante

rior como base e acrescenta-se a ela questões novas. Já no ano anterior, na pauta 88/89, a mesma reivindicação estava abordada. Com isso queremos dizer que, não foi por pressão das trabalhadoras nem por percepção do problema por parte dos dirigentes sindicais que aquela demanda foi incorporada na pauta. Ao contrário, ninguém, nem mesmo as próprias mulheres, conseguiram dimensionar a extensão da exclusão do trabalho feminino. Durante a campanha salarial que se inicia em fevereiro de 89, e apesar de existir pequenas discussões entre as mulheres sobre a inexistência de trabalho, a direção sindical do município entendia que aquela situação era mesma provisória e não deveria permanecer no período da safra da cana-de-açúcar. Essa era também a expectativa de todas as mulheres desempregadas.

Com relação à reivindicação 3, as especificações que foram elaboradas durante as reuniões que acompanhamos no município de Barrinha, não foram abordadas na pauta. Elas diziam respeito a: horário não rígido * de funcionamento das creches, já que durante a safra a jornada de trabalho se estende pela noite e não se sabe anteriormente qual a hora do retorno, atendimento às crianças de 0 a 6 anos. Entretanto, a incorporação deste item já pode significar uma conquista para as trabalhadoras.

Na unificação em Jaboticabal, no dia 16 de abril, as mulheres não tiveram "acesso à palavra" e portanto não puderam fazer nenhuma observação sobre as reivindicações

* Esta especificação é fundamental pois o atraso das mães pode resultar em suspensão das crianças por 3 dias.

prevalecendo as mesmas sem maiores detalhamentos.

Deduz-se, portanto, que o item (1) acima diz respeito somente aquela trabalhadora que já encontra-se trabalhando. As outras que são excluídas justamente porque correm o risco de engravidar, não foram referenciadas.

Apesar de existir tentativas de democratização da prática sindical, esta permanece centradamente masculina, prevalecendo as abordagens da maioria dos dirigentes (que são homens), e daqueles que têm maior domínio do discurso político (frequentemente os homens.)

Destarte, as trabalhadoras enfrentam dificuldades de fazer valer os seus direitos (quando os reivindicam) não só frente aos patrões, mas também frente àqueles que têm a representação legítima dos trabalhadores. Assim, as mulheres se mobilizam, começam a elaborar uma prática que desnuda uma identidade feminina coletiva, mas, no limite têm que receber o aval de seus representantes - os homens.

O outro lado dessa moeda, retrata o poder de sedução que os homens tendem a exercer sobre as mulheres que conseguem se desvincilhar de tudo que as fixam em suas casas e projetam na vida sindical. Para estas as "cantadas" sucedem-se gerando às vezes inibições suficientes para romperem com o mundo sindical masculino, ou se isto não acontece, necessitam estar permanentemente preparadas para enfrentá-las * .

* Conhecemos uma dirigente sindical que após sucessivas "cantadas" resolveu se armar, mantendo em sua bolsa um revólver a ser usado não só contra possíveis represálias patronais como intimidar os "cantadores":

"...Foram tantas vezes que me fizeram propostas, que eu nem sei falá' ao certo. É de presidente, é de assessor, é de todos eles. Até eles acha que a gente entrou pr'aque-la vida prá apronta !

Depois que um deles me deu uma carona e fez uma volta e norme só pra me convencer a ir pro motel eu resolvi comprar esse aqui (revólver), Porque este eu consegui tirá de cabeça, mas a gente não sabe outros..."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no Capítulo I, ao ingressarem no mercado de trabalho, as mulheres são requisitadas a preencherem as ocupações mais desqualificadas, mais minuciosas e menos rentáveis, na medida em que demandam tempo maior para serem realizadas.

Dentro de um processo crescente de mecanização, viabilizada na região em estudo, percebemos uma tendência à exclusão da mão-de-obra feminina das melhores oportunidades de trabalho, passando as mulheres a serem solicitadas preferencialmente pelas relações trabalhistas informais. Nestas elas vivenciam, convenientemente, uma condição de maior exploração, já que, em geral, não têm registro em carteira, nem a garantia dos demais direitos trabalhistas mínimos.

Através da descrição do mundo doméstico no capítulo II, percebemos que, enquanto assalariadas, as mulheres necessitam combinar o trabalho nas empresas agrícolas com os afazeres domésticos, e com diversas outras alternativas que visam o aumento do orçamento familiar. Nesse sentido, o lugar de moradia, o mundo privado, continua a ser um espaço onde as trabalhadoras reproduzem estratégias de sobrevivência complementares ao trabalho assalariado.

No Capítulo III, vimos que, ao serem transformadas em assalariadas, as mulheres passam a experimentar novas relações, advindas não só do trabalho mas de seu novo espaço de moradia. Enquanto trabalhadoras, são absorvidas por congregarem características apropriadas ao processo produtivo: são pacientes, caprichosas, submissas, hábeis ... Nesse

sentido, aquelas tarefas rejeitadas pelos homens são realizadas pelas mulheres que se conformam com as mesmas, não só porque se adequam a elas mas, principalmente, porque têm a necessidade de conciliar os afazeres domésticos com o trabalho assalariado.

Dentro dessa necessidade de articulação casa-trabalho encontram maior espaço sobretudo nas atividades do período de entressafra da cana, nos quais elas são preferidas pelo fato de serem menos exigentes em relação às tarefas existentes, reclamarem menos a propósito de seus direitos e conformarem-se com os baixos salários pagos nas ocupações oferecidas.

Essa reprodução dos papéis tradicionais femininos no bojo da situação de assalariamento é, muitas vezes, usada pelas próprias trabalhadoras como meio de reduzir o controle exercido pelos fiscais nas frentes de trabalho. Esse mecanismo, entretanto, não se elabora em qualquer forma de demanda coletiva contra a discriminação sexual existente no processo de trabalho. Permanece como resistência individual processo de superexploração a que são submetidas.

De outro lado, no espaço doméstico, a complexidade das relações sociais vivenciadas pelas trabalhadoras não é menor. Responsáveis pela garantia do bom desempenho da dinâmica doméstica, com ou sem a participação de outros membros do grupo familiar, nem por isso se liberam dos comportamentos tradicionais femininos. Como no espaço de trabalho, o espaço doméstico continua a exigir dessas mulheres a submissão aos homens, a paciência, e as suas habilidades.

Desse ponto de vista, passa a não haver grandes avanços no processo de mudança social vivenciado pelas mu

lheres que saem do espaço rural e se inserem no espaço urbano/rural do trabalho assalariado. Mas uma observação mais aprofundada revela que essa reprodução de papéis tradicionais se define num quadro de relativa ambigüidade, com novos padrões de comportamento, que elas vão, pouco a pouco, desenvolvendo. Assim, é também evidente que elas se tornam mais autônomas em consequência da necessidade de atender às novas exigências da vida doméstica e da lida com a rede de relações dentro da qual se dá a procura pelo trabalho remunerado.

Seria ilusório pensarmos que a maior independência da mulher trabalhadora, principalmente no espaço de moradia, destitui os vínculos existentes internamente ao grupo familiar, na medida em que esta se torna também provedora e, assim, em condição de decidir sozinha sobre o destino do seu ganho. Ao contrário, "o lugar de moradia constitui um espaço coletivo, onde habita uma unidade doméstica (quase sempre uma família) e onde se efetuam as decisões mais importantes, tanto a respeito do engajamento de cada um no mercado de trabalho, quanto sobre o uso a ser feito dos rendimentos obtidos"*.

Entretanto, uma consequência possível dessa maior autonomia construída pelas mulheres no novo espaço social, pode estar ligada à modificação consequente do papel tradicional masculino - o de principal provedor do grupo doméstico. Essa modificação parece passar pela perda da autonomia absoluta do pai sobre os demais membros da família.

Fazer tal afirmação, contudo, não significa dizer que em outros momentos que antecedem à inserção da mulher

* Sader, Eder, Op. Cit. pg 100.

no assalariamento a autoridade masculina dentro do grupo doméstico não seja contestada. São inúmeros os depoimentos que fazem referência à saída de filhos(as) das casas de seus pais pelo fato de não aceitarem os abusos de autoridades exercidos pelo chefe da família. No entanto, para as mulheres-mães que viessem a contestar a preemência masculina, as alternativas de sobrevivência fora do espaço de ^{residência de} seus familiares praticamente inexistiam, não só porque outras crianças menores, ainda inadequadas ao trabalho, dependiam de seus cuidados, como também porque eram bem reduzidas as oportunidades de um trabalho que lhes trouxesse um retorno financeiro suficiente.

Atualmente, enquanto assalariadas, as mulheres, ainda que precariamente, têm como assegurar a manutenção de seus lares.

Não se pode negar que o casamento, em geral, significa para as mulheres deste estrato social a possibilidade de mudança de vida.

Essa mudança nem sempre é percebida apenas do ponto de vista material, mas é freqüentemente entendida como possibilidade de uma vida menos sofrida, sem os maltratos e abusos do poder paterno, que exige delas inclusive uma contribuição em dinheiro proveniente de qualquer trabalho. A partir do momento que o casamento reproduz todas aquelas situações vivenciadas antes enquanto filhas em relação aos seus pais, e as mulheres necessariamente se vêm obrigadas a também contribuir financeiramente, quebra-se a expectativa que se tinha em relação aos homens/maridos. Este momento pode ser propício à elaboração, por um lado, do questionamento sobre a sua condição de servidora e, por outro lado, do de sua capacidade de ser provedora, sozinha, de seus dependentes.

seus dependentes.

No IV e último capítulo, vimos que as mulheres participam pontualmente das manifestações trabalhistas, assumindo majoritariamente a composição dos piquetes. Nas manifestações que traduzem expectativas do mundo doméstico - água, escola para os filhos, policiamento - elas não só são a maioria como também vivenciam experiências mais continuadas de participação.

Acreditamos que a compreensão do processo de formação da identidade política dessas mulheres depende do conhecimento dessas duas formas distintas de participação social. E depende, sobretudo, do conhecimento das condições objetivas que as levam a estar presentes em ambas as frentes de participação. Em linhas gerais, podemos dizer que o fato dessas mulheres se definirem socialmente como trabalhadoras assalariadas e mães-de-família é o ponto de partida para a compreensão do referido processo de politização das mesmas. Num segundo plano, o caráter provisório do assalariamento e o caráter definitivo da sua condição de mulher-mãe, explica por que a mulher é mais participante nas manifestações que buscam suprir expectativas vinculadas ao mundo doméstico.

Ao caráter de provisoriedade que tem o assalariamento rural feminino, mesmo quando não existe nenhuma possibilidade concreta de abandoná-lo, soma-se também a frequente conjunção de realidades diferentes nas quais as trabalhadoras se inserem, realizando atividades no setor urbano (como o emprego doméstico) e no setor rural (como bóia-fria). Nesse sentido, a referência principal da vida dessas mulheres passa a ser urbana. Porque às atividades urbanas da vida doméstica

spmam-se as do trabalho realizado na cidade. Em termos relativos, o trabalho rural passa a ser visto com maior distanciamento. Por outro lado, a necessidade de estarem permanentemente alternando atividades no espaço rural e no urbano cria entraves à própria elaboração da auto-identificação dessas trabalhadoras enquanto assalariadas rurais, com consequências evidentes para sua participação nos canais tradicionais de representação dessa categoria de trabalhadores. E aí há outras questões a assinalar.

Primeiramente, o caráter machista das práticas sindicais dominantes. Observamos que raramente essas práticas permitem às mulheres participar em instâncias deliberativas. Observamos também que muito freqüentemente faz-se uso do poder masculino de sedução sobre aquelas que se despontam como lideranças; e que, enfim, tem-se pouca ou nenhuma preocupação em começar a desmistificar o espaço sindical e iniciar-se um processo de socialização da política, podendo utilizar para este fim meios acessíveis de transmissão da concepção sindical a todos, homens e mulheres.

Diante de tudo isso, alguns desafios se colocam para as instâncias que se pretendem realmente representativas:

- Como assegurar um crescimento político das trabalhadoras se, na realidade, os canais de representação que as obsorve, mesmo momentaneamente, estão mais preocupados em garantir a sua reprodução institucional ?

- Como garantir direitos trabalhistas femininos, se as mulheres, as maiores interessadas, estão fora das instâncias deliberativas ?

- Como integrar as trabalhadoras à prática sindical, se mesmo para os dirigentes, as reivindicações trabalhistas das mulheres não são tidas como urgentes e necessárias ?

- Como garantir direitos mínimos às trabalhadoras, se as mesmas, em geral, se vinculam por necessidade de estarem conjugando casa e trabalho às relações informais de trabalho destituídas de quaisquer direitos?

Em segundo e último lugar, acreditamos ser importante interrogar também os novos canais de participação que vêm sendo definidos pelas lideranças das CEBs e/ou da Igreja. Nesse particular, observamos que, embora bastante eficazes na percepção dos problemas básicos dessas trabalhadoras e, portanto, portadores de práticas mobilizadoras positivas, esses canais não conseguem fazer avançar a organização dessas mesmas trabalhadoras. Isso ocorre porque, em alguns momentos estes canais, que são viabilizados, criam mecanismos de atrelamento entre instância política e instância religiosa e em outros momentos porque também reproduzem a mistificação dos meandros da prática política, delimitando infimamente o número de participantes.

Esta dissertação não pretende escapar ao risco de conter erros. Mas acreditamos que a pesquisa realizada pode trazer elementos para o debate sobre a emancipação das mulheres na organização social. Aqui está, pois, a nossa contribuição.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Albuquerque, José Augusto Guilhon de - "Gênero, Sexualidade e Sexo: Três Dimensões da Diferença Sexual" in: Carmem da Poiam (organ.) Homem-Mulher - abordagens sociais e Psicanalíticas, Livraria Taurus Editora, Rio de Janeiro, 1987.

Patroas e Elas as Empregadas in: Colchas de Retalhos : Estudos Sobre a Família no Brasil, Editora Brasiliense, 2ª edição, São Paulo, 1982.

Avelar, Lúcia - O Segundo Eleitorado - Tendências do Voto Feminino no Brasil, Editora Unicamp, Campinas, 1989.

Alvim, Zuleika M. F. - Brava Gente ! Os Italianos em São Paulo 1870-1920, Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

Barroso Carmem - Mulher, Sociedade e Estado no Brasil, Editora Brasiliense e UNICEF, São Paulo, 1982.

Blay, Eva Alterman - Trabalho Domesticado, Editora Ática, Coleção Ensaios nº 35, São Paulo, 1978.

Brushini, Cristina - Mulher e Trabalho: Uma Avaliação da Década da Mulher, Nobel, Conselho Estadual da Condição Feminina, São Paulo, 1985.

Câmara, Gil Miguel de Souza - Amendoim - Produção, Pré - Pro

cessamento e Transformação Agroindustrial.

Cardoso, Irede - O Direito da Mulher na Nova Constituinte, Editora Global, São Paulo, 1986..

Chauí, Marilena - Mãe, Mulher ou Pessoa in: Revista Lua Nova, Vol. 1, nº 1, São Paulo, 1984.

Charadow, Nancy - Psicanalise da Maternidade, Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1991

Costa, Durval Silva - Cultura do Algodoeiro: Práticas Culturais, Variedades, Colheitas; Secretaria da Agricultura de São Paulo, s/d.

De Moraes, Maria Lygia Q. - A experiência Feminista dos Anos Setenta. Coleção Textos. UNESP, Araraquara, 1990.

D'Incao, Maria Conceição - O Bóia-Fria-Acumulação e Miséria, Editora Vozes, Petrópolis, 1977, 5ª Edição.

D'Incao, Maria Conceição - Qual é a Questão do Bóia-Fria ? Editora Brasiliense, 1985.

Durhan, Eunice R. - Família e Reprodução Humana in: Perspectivas Antropológicas da Mulher nº 3, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1983.

Durhan, Eunice R. - A Caminho da Cidade, Editora Perspectivas, Coleção Debates, 3ª Edição, São Paulo, 1984.

Engels, Friedrich - A situação da Classe Trabalhadora na In
glaterra, Edições Apartamento, Porto, 1975 .

Engels, Friedrich - A Origem da Família, da Propriedade e do
Estado

Ferrand, Michelle et alli - Relações Sociais de Gênero X Re
lações de Sexo, Nienge, 1989.

Figueiredo, Marisa de Athayde - O Papel Sócio-Econômico das
Mulheres Chefes de Família Numa Comunidade Pesquisada no
Litoral Norte da Bahia in: Cadernos de Debate, São Pau-
lo, 1980..

Guiliam, Paola Cappellin - Silenciosas e Combativas: As Con
tribuições das Mulheres na Estrutura Sindical no Norde
ste 1976/1986 in: Rebelião e Submissão, Editora Vérti-
ce, Editora Revista dos Tribunais, Fundação Carlos Cha-
gas, São Paulo, 1989.

Grzybowski, Cândido - Caminhos e Descaminhos dos Movimentos
Sociais no Campo, Editora Vozes em co-edição com FASE ,
Petropolis , Rio de Janeiro, 1987.

Haicault, Monique e Combes, Daniele - Produção e Reprodução.
Relações Sociais e de Classes in: O Sexo do Trabalho,
Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986

Hakiki-Tahalite, Fatiha - Por Uma Problemática do Processo de
Trabalho Doméstico in: Sexo do Trabalho, Editora Paz e
Terra, Rio de Janeiro, 1986..

- Kowarick, Lúcio - As Metamorfoses do Trabalho in: A Espoliação urbana. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1980.
- Luz, Madel T. - Identidade Masculino e Feminino na Sociedade Urbana Brasileira Atual: Crise Nas Representações in : Carmem da Poian (Organ.) Homem-Mulher - Abordagens Sociais e Psicanalíticas. Livrãria Taurus Editora, Rio de Janeiro, 1 986.
- Major, René - O Não-Lugar da Mulher in: Carmem da Poian (organ.) Homem-Mulher - Abordagens Sociais e Psicanalíticas, Livraria Taurus Editora, Rio de Janeiro.1 986.
- Martins, José de Souza - Migrações Temporárias: Problemas Para Quem ? in: Migrantes Temporários - Peregrinos da Resistência. Editora SPM (Serviço Pastoral Dos Migrantes), São Paulo, 1991.
- MARIANI*
Mariani, Margaret e Borzerx, Anni - Crônica dos Anos de Greve in: Sexo do Trabalho, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.
- Mielle, Neide - Da pequena à grande produção: o trabalho da mulher canavieira, mimeo, UFPB, Paraíba, 1987.
- Mitchell, Juliet - Mulheres, A Revolução Mais Longa in: Revista Civilização Brasileira, , Editora Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1967.

Noronha, Olinda Maria - De Camponesa a Madame - Trabalho Feminino e Relações de Saber no Meio Rural; Tese de Doutorado, PUC, São Paulo, 1984.

Pacífico, Mariella - Operários Numa Região do Sul da Itália, pg. 153, in: O Sexo do Trabalho, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986..

Pena, Maria Valéria Junho - Mulheres e Trabalhadoras, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981..

Sader, Eder - Quando Novos Personagens Entram em Cena, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1988.

Saffioti, Heleieth I.B. e Ferranti, Vera L.S.B. - Formas de Participação da Mulher in: Política e Administração, Vol. 1, nº2, Edição Especial: Movimentos Sociais no Brasil, Rio de Janeiro, 1985.

Saffioti, Heleieth Iara B. - Emprego Doméstico e Capitalismo, Editora Vozes, Coleção Sociologia Brasileira. Vol 9, Petrolópolis, 1978.

Santos, Boaventura de Souza Santos - Subjetividade, Cidadania e Emancipação in: Revista Crítica de Ciências Sociais nº 32, junho 1991.

Santos, José Vicente Tavares dos - Colonos do Vinho, Editora Hucitec, São Paulo, 1978.

- Sarti, Cyntia A. - Antropologia dos Gêneros - Reflexões Preliminares Sobre a Constituição de um Campo de Estudos , XVI Reunião Brasileira de Antropologia, mimeo, Campinas, 1988.
- Scavone, Lucilla - A Participação das Mulheres nas Religiões Afro-Brasileira e Católica - Seminário Religião e Negritude (UNESCO/NEAB/UFMA), mimeo, São Luiz, 1985.
- Silva, José Graziano da - Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura, Editora Hucitec, São Paulo 1981.
- Silva, Maria A. Moraes - As Mulheres das Grotas e Veredas in: Migrantes Temporários - Peregrinos da Resistência , Editora SPM (Serviço Pastoral dos Migrantes), São Paulo 1991.
- Stolcke, Verena - Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1950 - 1980) , Editora Brasiliense, São Paulo, 1986
- Stolcke, Verena - A Família Que Não É Sagrada (Sistemas de Trabalho E Estrutura Familiar: O Caso Das Fazendas De Café) in: Colcha de Retalhos- Estudos Sobre a Família No Brasil, Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.
- Stolcke, Verena - As Mulheres do Caminhão de Turma, in: Capital e Trabalho no Campo organizado por Jaime Pink, Editora Hucitec, São Paulo, 1979.

Taylor, Julie - Flexibilidade na Ideologia de Gênero in: Perspectivas Antropológicas da Mulher nº 3, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1983.

Tourraine, Alain - O Pós-Socialismo, Editora Brasiliense, São Paulo, 1988.

Zaluar, Alba - As Mulheres e a Direção do Consumo Doméstico (estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas) in: Colcha de Retalhos: Estudos Sobre a Família no Brasil, Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.

Zelita, Seabra e Malvina Muszkat - Identidade Feminina, Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2ª edição, 1985.

RELATÓRIOS, REVISTAS, BOLETINS E PANFLETOS

Mulher, Suplemento Rural - Boletim Elaborado Pela Secretaria Estadual do Trabalho, Conselho Estadual da Condição Feminina e Fetaesp, São Paulo, 1985.

A Posição Social da Mulher Rural em Projetos de Irrigação da Codevasf, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Série Publicações miscelâneas nº 280, ..

Migrantes Temporários: Desafios à Igreja e à Sociedade, SPM e CNBB, Edições Loyola, São Paulo, 1981.

As Migrações Sazonais no Interior Paulista. Panfleto Elaborado pela Pastoral dos Migrantes s/d.

Mão-de-Obra Qualificada na Agricultura Brasileira - Análise do Perfil e da Necessidade de Trabalhadores Qualificados nas Atividades Produtivas: Soja, Cana-de-Açúcar e laranja na Dira de Ribeirão Preto. Convênio FECAMP-SMO/Mtb.

Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas - nº especial Mulher, nº 54, Cortez Editora, 1985.

Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas - Magistério Profissional Feminina, nº 64, Cortez Editora, 1988.

VAI-VEM - Boletim das Migrações - SPM, nº 19, 21, 23, 27, 35.

Conheça a Dira de Ribeirão Preto, Vol. II, Secretaria da Agricultura e Abastecimento - Ribeirão Preto, 1986.

Pautas de Reivindicação das Fetaesp. Anos 1984/1989.

Pautas de Reivindicação da FERAESP. Anos de 1989 a 1991.

Movimento Sindical dos Assalariados Rurais da Região de Ribeirão Preto - Um Enfoque através das Campanhas Salariais. Equipe FASE Jaboticabal, maio de 1991.

Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento e Avaliação - Trabalho Volante na Agricultura Paulista, São Paulo, 1 978.

Anais do I Congresso da FERAESP - Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, Jaboticabal Abril de 1 990.

Relatório de Pesquisa - Projeto: "São Paulo no Limiar do Século XXI - Convênio:Cia Metro/SRL/FECAMP. Parte 1: Economia, Demografia e Urbanização - Coord. Prof. Dr. Wilson Cano. Documento Final nº 5 "Cenários da Urbanização Paulista", Campinas, 1 990.